

4. A Imagem de Deus no ser humano no evento Jesus Cristo

Neste último capítulo apresentaremos o entendimento de Brunner sobre a Imagem de Deus no ser humano restaurado por Jesus Cristo. Logo na primeira parte serão mostradas as categorias que servirão para uma compreensão prévia, de uma doutrina da Imagem de Deus no evento Cristo.

O pensamento brunneriano tem a cristologia como uma chave hermenêutica essencial. Por isso, é buscada a compreensão do valor da encarnação de Jesus Cristo como um evento histórico. Será mostrado como para a revelação bíblica é importante entender a atuação de Deus tendo como base os processos da realidade histórica. Aqui trata-se da questão da “História da Salvação”. Brunner entende que esta revelação de Deus se dá no seio da história e se apresenta como o sentido mais profundo da história. É sobre isto que trataremos na segunda parte deste capítulo.

A terceira parte será uma análise da compreensão brunneriana acerca dos ofícios de Cristo. Neste ponto ficará mais clara as implicações da doutrina da *Imago Dei* na teologia do teólogo por nós analisado.

Na última parte será uma conclusão de tudo o que foi tratado nos tópicos precedentes. Apresentaremos sinteticamente como na teologia de Brunner pode ser entendido o ser humano restaurado por Jesus Cristo. Esta parte servirá também como uma conclusão do presente capítulo.

Em cada parte é necessário ter atenção para a consideração da doutrina da Imagem de Deus como elemento fundamental na soteriologia de Brunner. Pontuaremos sempre que necessário a presença dos pressupostos da doutrina da *Imago Dei* a fim de que fique evidente a relevância dos temas tratados para o entendimento do tema central da presente pesquisa: A doutrina da Imagem de Deus na teologia brunneriana.

4.1. A Imagem de Deus no ser humano em seu aspecto material

A compreensão deste primeiro ponto é essencial para que os demais assuntos sejam entendidos de acordo com o objetivo da pesquisa por nós realizada. Quando nós falamos de uma Imagem de Deus no ser humano à luz do evento Jesus Cristo, estamos nos referindo a um aspecto da Imagem de Deus. Este aspecto é chamado por Brunner de *aspecto material da Imago Dei* no ser humano. Pois no capítulo anterior ficou claro que todos os seres humanos têm a Imagem de Deus como algo constituinte de sua existência (*aspecto formal da Imagem de Deus*). Mas a teologia brunneriana também entende que a Imagem de Deus se caracteriza de maneira diferente naqueles que estão sob a graça de Cristo em relação àqueles que ainda não estão sob esta graça. Pois a teologia cristã reconhece que o ser humano que passa a ter sua existência em Cristo (por meio da fé) recebe um dom que é a mesma coisa que ser restaurado por Deus a fim de que possa fazer a Sua vontade¹. A este dom, Brunner chama de *aspecto material da Imago Dei*².

Para uma compreensão acertada do que vem a ser este aspecto material da Imagem de Deus, é importante dizermos primeiramente que Brunner desenvolve esta idéia a partir de uma “leitura” do Novo Testamento. Ele diz que o relato neotestamentário já pressupõe o ser humano como sendo Imagem de Deus (aspecto formal, que não se pode perder), e que a preocupação está em como o ser humano pode viver corretamente esta qualidade. Os Apóstolos estavam preocupados em mostrar como em Jesus Cristo o pecador podia novamente responder positivamente ao Amor de Deus, dimensão humana que se perdeu por causa do pecado. Sendo assim, o Novo Testamento tem a intenção de ensinar como o pecador restaura em sua vida este aspecto da Imagem de Deus que foi perdida na situação do pecado. É a realização “material” dela que é o foco principal do Novo Testamento. Por isso podemos dizer que o ser humano no estado de pecado perdeu a capacidade de ser a Imagem de Deus, mas devemos entender que esta Imagem de Deus não é aquele aspecto formal da *Imago* que a existência humana nunca perde. Eis como se refere Brunner a este respeito:

“Aqui, portanto, o fato de que o homem foi “feito à imagem de Deus” é falado como tendo sido perdida, e de fato, como totalmente e não parcialmente perdida. O homem não mais possui esta *Imago Dei*; mas é restaurado por meio dEle, por meio dAquele a quem

¹ STRONG, *Teologia Sistemática*, p. 92.

² BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 78.

Deus a si mesmo é glorificado: através de Jesus Cristo. A restauração da *Imago Dei*, a nova criação da imagem de Deus original de Deus no homem, é idêntica ao dom de Deus em Jesus Cristo recebido pela fé³.

Sendo assim este aspecto material da Imagem de Deus é referente à maneira correta como o ser humano se relaciona com Deus. Esta atitude correta em relação a Deus havia se perdido, mas voltou novamente a habitar na realidade humana por causa de Jesus Cristo. Mas aqui é importante ressaltarmos que está restauração da Imagem de Deus só é realizada quando o pecador reconhece que a sua verdadeira humanidade não está em si mesmo. A visão bíblica do ser humano demonstra que apenas em Jesus Cristo está a verdadeira direção para o destino humano: “viver-na-Palavra-de-Deus⁴”. Quando o ser humano reconhece que a sua existência verdadeira está em Deus, e isto pela fé em Jesus Cristo, ele recebe a restauração da Imagem de Deus em sua vida⁵.

Esta verdadeira humanidade dada pela restauração da Imagem de Deus que o evento Jesus Cristo proporciona, tem a sua base no Amor e companheirismo que o ser humano passa a viver com Deus. A Imagem de Deus no sentido material, desta forma, é o existir no amor de Deus, é ter as atitudes que condizem com o propósito de Deus para a humanidade. Ela não está limitada ao desenvolvimento das potencialidades do ser humano, antes surge por meio da recepção, da percepção, e da aceitação⁶ do amor de Deus, e o seu desenvolvimento e preservação dependem da permanência na comunhão com o Deus que se manifesta como Amor. Cristo proporciona esta relação de amor, “visto que pela fé

³ “Here, therefore, the factor that man has been “made in the image of God” is spoken of as having been lost, and indeed as wholly, and not partially lost. Man no longer possesses this *Imago Dei*; but it is restored through Him, through whom God glorifies and gives Himself: thought Jesus Christ. The restoration of the *Imago Dei*, the new creation of the original image of God in man, is identical with the gift of God in Jesus Christ received by faith” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics* (vol. II), p. 58).

⁴ VAZ, Henrique C. de L. *Antropologia Filosófica*. 8. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 52.

⁵ BRUNNER, *Dogmatics* (vol. II), p. 58.

⁶ Mario de França Miranda entende que a salvação não está condicionada apenas a obtenção de um saber sobre Deus (*intelectualização* exagerada sob influência helênica e da gnose), antes tem a ver com um encontro com Aquele que é a salvação e que se faz acessível por meio da Sua *kenosis*. Sendo assim, a salvação é na verdade uma experiência salvífica, onde o ser humano acolhe pela fé a este dom que lhe é manifesto na história (Cf. MIRANDA, Mario de F. *Inculturação da Fé: uma abordagem teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2001, pp. 63-66). “Essa afirmação, que perpassa toda a Bíblia, implica também que o ser humano capte e experimente *de algum modo* essa ação de Deus. Caso contrário nem poderíamos falar de revelação salvífica. Pois a autocomunicação de Deus chega à sua meta na medida em que é acolhida pelo ser humano. Portanto, o *acolhimento na fé* é parte constitutiva da realidade da revelação de Deus” (Cf. MIRANDA, *Inculturação da Fé: uma abordagem teológica* p. 66).

em Jesus Cristo o homem mais uma vez recebe a Palavra de Deus Primeva do amor, mais uma vez a Imagem divina (*Urbild*) é refletida nele, a *Imago Dei* perdida é restaurada⁷”.

Brunner também traz o entendimento de que ser Imagem de Deus é “ser como Deus”. Ao viver no Amor de Deus, ele diz que o ser humano se assemelha com o próprio Deus. Ele diz que esta leitura “da divinização do ser humano” pode ser feita de maneira implícita no Novo Testamento (Rm 8,29; 2 Co 3,18; Ef 4,24 e Cl 3,10). Eis como o pensamento brunneriano explicita esta idéia:

“Assim, aqui o que é pretendido não é a “natureza humana” como tal, mas o completo cumprimento do destino do homem; na linguagem atual, isto quer dizer: não o fato (formal) de ser responsável (que não podemos perder), mas o cumprimento real (material) da responsabilidade, vivendo em amor (no amor de Deus), que é o mesmo que estar em Cristo, vivendo como “filhos de Deus”, etc.⁸”.

Sendo assim, a Imagem de Deus no sentido material, que Jesus Cristo restaura no ser humano, leva-o a viver corretamente diante de Deus. A Imagem de Deus dada pela fé em Cristo dá condições da pessoa tanto viver acertadamente em relação a Deus como também em relação ao seu próximo. Isto porque, este aspecto material da Imagem de Deus é semelhante a um dom que Deus dá ao pecador, capacitando-o a viver interiormente, pessoalmente o *ágape*, amor perfeito que é dado por Deus. Por isso, aqueles que são restaurados por Jesus Cristo chegam ao cumprimento da lei, pois recebem, e dizem sim, ao convite gracioso de Deus que deseja que todos vivam segundo o propósito de sua vontade na criação⁹.

Para se entender a visão brunneriana da restauração do aspecto *material da Imago Dei*, que foi perdida na Queda, ajuda muito compreendermos a crítica que Brunner faz a idéia de uma *lex aeterna* que foi formulada pela teologia escolástica e seguida pela teologia Reformada e Protestante Ortodoxa.

Ele diz que a concepção da *lex aeterna* é consequência de uma re-interpretação platônica da vontade de Deus revelada na Bíblia. Pois a *lex aeterna*

⁷ BRUNNER, *Dogmatics* (vol. II), p. 59.

⁸ “Thus here what is meant is not “human nature” as such, but the complete fulfillment of man’s destiny; in the language of the present day this means: not the (formal) fact of being responsible (which we cannot lose), but the actual (material) fulfillment of responsibility, living in love (in the love of God), which is same as being “in Christ”, living as the “Children of God”, etc.” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics* (vol. II), p. 76).

⁹ GRUDEM, Wayne A. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1999, pp. 584-590.

pretende fazer uma síntese de duas idéias da vontade de Deus que são diferentes entre si. Ela quer juntar a vontade de Deus dirigida à pessoa, que não é lei, com a ordem estabelecida desde o início da criação¹⁰.

Vontade de Deus dirigida à pessoa. Brunner explica que esta vontade de Deus é aquela que tem a ver com o desejo de Deus de formar uma verdadeira relação amorosa com o ser humano, onde este é convidado a livremente “viver-no-amor-de-Deus”. Este mandamento de Deus como vontade não tem a intenção de requerer do ser humano um “fazer algo”. Não pode ser entendido como uma “ordenança”¹¹. Pois esta vontade de Deus se manifesta como um amor que é dado, que convida a pessoa a receber e deixar-se nortear por esta vontade de amar (por isso também se anula como mandamento). Daí ser esta idéia de vontade de Deus um contraste com a lei. É o fim da lei. Pois tem um teor originário e eterno. É a vontade de Deus para a sua criação, mais especificamente para o ser humano, Sua Imagem e semelhança¹².

Ordem divina estabelecida na Criação. Esta idéia da vontade de Deus tem um caráter prático e está ligada às maneiras definidas do comportamento humano, ações necessárias dadas na ordem da Criação¹³. Brunner dá o exemplo da ordem estabelecida para o casamento. Onde existe um decreto que norteia a relação amorosa entre dois seres humanos. Esta forma de viver a vontade de Deus é diferente do *ágape*, pois este aponta para um sentimento amoroso que vem de Deus e leva o ser humano a amar mais de um ser humano. O mesmo se aplica a questão das relações de pai para filho, dos filhos para com os pais, etc. Esta vontade de Deus não é pessoal, pois não tem a ver com o interior humano exclusivamente, mas sim com o casamento e com o problema do relacionamento sexual corretamente ordenado, por exemplo. Por isso estas ordenanças estabelecidas para a criação têm um caráter temporário, tal qual tem a criação no estado atual¹⁴.

¹⁰ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp.223-224.

¹¹ O teólogo batista norte-americano Augustus H. Strong usando a idéia da regeneração, como sinônimo de restauração, assim compreende a questão de viver o amor de Deus: “É a operação contínua do Espírito Santo, pela qual a santa disposição concedida na regeneração mantém-se e se fortalece (Cf. STRONG, *Teologia Sistemática (vol. II)*, p. 605).

¹² BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p.224.

¹³ Tillich identifica esta ambiguidade da dimensão humana na criação ao tratar sobre a questão do Reino de Deus e a história (Cf. TILLICH, *Teologia Sistemática*, pp. 782-784).

¹⁴ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 225.

Desta forma, a vontade de Deus dirigida à pessoa, que é dada e apresentada a ela como um elemento da gratuidade de um Deus que deseja ter o coração humano livremente tem a ver com o *motivo* que impulsiona o ser humano a amar ao próprio Deus e ao próximo. Já, a ordem de Deus para a criação envolve a *exigência* feita a todo ser humano para que caminhe bem nas realidades que fazem parte dos relacionamentos humanos (casamento, paternidade, profissão, etc.). Para a teologia brunneriana o ser humano deveria possuir as duas vontades como prática diária de sua vida (mas mantendo a distinção: uma é interior e eterna - *ágape*; e a outra exterior e temporal - ordem). Esta questão está no âmago do tema da presente pesquisa, pois Cristo, através de sua obra, torna real novamente esta possibilidade do ser humano cumprir a ordem da criação. O ser humano só consegue viver estas duas vontades quando a *Imagem de Deus no sentido material* lhe é restaurada por Jesus Cristo¹⁵. Eis como o próprio Brunner exemplifica a correta relação, e distinção, de ambas as vontades de Deus:

“O mandamento do amor nunca diz o que devemos fazer. Não conta ao Bom Samaritano o que deve fazer pelo pobre homem que caiu nas mãos dos salteadores. Tudo o que lhe é dito é isto: aqui e agora faça tudo o que for possível por ele! O que ele tem a fazer, ele sabe a partir da observação da ordem da criação, e da saúde do corpo humano. Isto ele deve observar se fizer a coisa certa para o homem ferido¹⁶”.

Depois de tudo o que já foi visto, é necessário lembrar novamente que este assunto da *Imago Dei* no sentido *material* será a chave de leitura que norteará todos os tópicos, e sub-tópicos que seguirão. Pois o nosso objetivo é mostrar como Brunner considera, ora de maneira implícita e ora explícita, o aspecto material da *Imago*. A nossa premissa neste capítulo é identificar na teologia brunneriana, em cada doutrina que envolve a salvação, a consideração desta Imagem de Deus que é restaurada no pecador por meio da manifestação máxima do Amor de Deus: Seu filho Jesus Cristo. Sendo assim, faremos logo a seguir, uma consideração histórica do evento Jesus Cristo, para depois entrarmos com mais propriedade no tema da restauração desta *Imago* material realizada por Cristo.

¹⁵ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp. 60-61.

¹⁶ “The commandment of Love never says *what* we are to do; it does not tell the Good Samaritan what he ought to do for the poor man who fell among robbers. All it says to him is this: here and now do everything you can for him! *What* he has to do, he knows from observing the order of creation, and the sound human body. This he must observe if he is to do the right thing for the wounded man” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 225).

4.2.

A Importância histórica do evento Jesus Cristo

Nesta parte da pesquisa nós apresentaremos as considerações históricas do autor ora analisado. Brunner é um daqueles teólogos que procura construir seu pensamento em diálogo com a modernidade¹⁷. Por isso, é evidente em sua sistematização a presença do respeito para com as descobertas científicas, como também para a história da teologia. No capítulo primeiro citamos o seu apelo para que os teólogos deixassem de lado a preguiça e encarassem as novas perspectivas trazidas pelas descobertas científicas no que diz respeito à natureza humana. No capítulo segundo mostramos a sua proposta de construir uma doutrina do pecado original que fosse atual e pudesse dialogar com outras disciplinas do saber (Arqueologia, Psicologia, Sociologia, Filosofia, etc.).

Já aqui, neste tópico, Brunner mostra como é importante considerar o Evento Jesus Cristo, e a salvação por Ele trazida, à luz da história de forma geral. Ele aponta para o fato de que a Bíblia apresenta a revelação de um Deus que está em conexão direta com a história de todo o universo. Ele é o próprio Criador da história. A Bíblia também demonstra que a salvação é um evento que abarca toda a história da humanidade, pois a narrativa bíblica expõe uma construção que tem a pretensão de mostrar como o pecado entrou na realidade humana desde o início de sua existência. E é isso relatam as narrativas referentes a Adão e a seus

¹⁷ Libanio faz um interessante comentário sobre a mudança na perspectiva moderna de uma visão tradicional e dogmática para uma visão antropocêntrica e histórica. Ele explica que o ser humano moderno, sobre tudo por influência de Hegel, tem a sua compreensão da realidade mediada pela história em oposição à “metafísica da tradição”, que trabalhava a realidade sob modalidades *a priori*, já a história tem em consideração os processos pessoais e sociais que levaram a uma realidade. Sendo assim, a própria revelação passa a ser vista sob os princípios que norteiam o processo histórico. “O homem moderno procura compreender-se numa orientação *do* passado *no* presente *para* o futuro”. A idéia de uma impotência humana frente à realidade passa a ser questionada, e mesmo abandonada, e em seu lugar toma forma a compreensão de que a realidade está condicionada a um processo de intercâmbio entre sujeito e objeto. Este processo de historização, segundo Libanio, consiste no desmoronamento dos sistemas supratemporais e no estabelecimento da construção histórica em todas as áreas do trato humano, mesmo nas esferas a-históricas e supra-históricas (Cf. LIBANIO, João B. *Teologia da Revelação A Partir da Modernidade*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005, pp. 85-86). Eis as palavras do próprio Libanio a respeito da importância da história na visão moderna: “Neste contexto cultural moderno, a história tornou-se parâmetro para julgar a eficácia das reflexões, descobertas. As categorias históricas foram assumidas para dentro das pesquisas e se tornam constitutivas do diálogo científico. Pode-se negar a história, mas não voltar atrás. Só passando por ela, pode-se chegar a um pós-historicismo e nunca recuar ao pré-historicismo” (Cf. LIBANIO, *Teologia da Revelação A Partir da Modernidade*, p. 86).

descendentes. Apesar de seu teor mitológico, estas narrativas mostram o quanto para a revelação bíblica é importante entender por meio dos princípios da história os elementos que formam o seu ambiente religioso.

É a partir destas considerações que nós analisaremos alguns elementos históricos pelos quais a salvação cristã passou, até que chegasse ao cume de sua compreensão. Será visto como a “História da Salvação” se enquadra na história geral; a lei e a importância de sua compreensão no processo da Revelação, e a idéia de uma plenitude dos tempos para que a máxima revelação de Deus se manifestasse na história humana.

4.2.1.

A salvação como um momento específico da história

Brunner diz que a Bíblia não conhece a idéia de história, mas ao mesmo tempo afirma que a Teologia Bíblica se distingue das outras doutrinas religiosas por ser completamente histórica. Pois para ele a questão histórica não é uma preocupação *a priori* da narrativa bíblica¹⁸. Ele entende que a narrativa, no entanto, é feita tendo a história como elemento fundamental, porque todas as afirmações teológicas da Bíblia estão diretamente ligadas à história de forma geral. Sendo assim, a Revelação (Jesus Cristo, Antigo Testamento e o Novo Testamento) é uma “História da Salvação” que, por outro lado, é um momento específico da história mais ampla¹⁹.

Brunner diz que apesar de que a idéia bíblica de um Deus criador vá totalmente contra a noção de história dos dias atuais²⁰, mesmo assim a narrativa bíblica é respeitosa à história – e deve ser compreendida à sua luz – porque este Deus criou um mundo histórico. Ele entende que a preocupação central da narrativa bíblica não é a de mostrar detalhadamente o processo de como cada coisa foi criada. E isto vale para as origens do ser humano. Antes a preocupação

¹⁸ De forma objetiva, eis o que Libanio diz sobre a história no “cristianismo antigo” e na antiguidade: “Tanto para a mentalidade antiga como para a consciência cristã, a história era um problema marginal” (Cf. LIBANIO, *Teologia da Revelação A Partir da Modernidade*, p. 286).

¹⁹ BRUNNER, *Dogmatics*, (vol. II), p. 193-194.

²⁰ Libanio também ratifica esta certa contradição entre a revelação e a história (visão científica), mas ele, como Brunner, reconhece que o processo histórico é uma chave hermenêutica fundamental para se entender a revelação de Deus. “A revelação nasce do ato livre e gratuito de Deus que quer se comunicar-se a si e a seu plano salvífico ao homem situado na história” (Cf. LIBANIO, *Teologia da Revelação A Partir da Modernidade*, p. 287).

do texto bíblico é mostrar uma “unidade fundamental” que existe em toda a humanidade: vivência de sua existência concreta como alguém que está “diante de Deus²¹”.

O teólogo de Zürich entende que esta “unidade fundamental”, portanto, não está presa à questão biológica – apesar de a Bíblia apresentar um mito da unidade biológica comum, isto não é tão importante – mas ao fato de todos os seres humanos serem Imagem de Deus, ou seja, estarem direcionados para uma relação com Deus, e com os outros homens em comunidade. Aqui ele traz a idéia do “*Humanus*” em analogia (na forma de sinônimo) direta com a posição do ser humano como Imagem de Deus. A relação existente entre a história e esta “unidade fundamental” do ser humano que Brunner disse existir, está no fato de que as Escrituras colocam esse ser “*Humanus*” – Imagem de Deus – inserido em uma compreensão total da história. Como explica o próprio Brunner:

“O homem, absolutamente, de qualquer raça ou origem biológica, pode ser, sempre é, em toda parte, e em todo o tempo, onde quer que nos deparemos com ele, o mesmo, com os mesmos fatos constantes fundamentais de sua natureza, como *Humanus*, sempre e em todo lugar o ser capaz de humanidade, civilização e cultura, o ser que pode falar, e possuidor de uma consciência. O homem é sempre e em toda parte “Adão”... Por meio deste destino como *Humanitas*, dado por Deus a todo ser humano, a unidade da raça humana e de sua história é garantida, mesmo se a unidade biológica, que a narrativa do Antigo Testamento implica, sejam meramente trajes temporários de uma verdade mais profunda²².”

Outra consideração que a teologia bruneriana faz, está ligada a questão de que o ser humano é considerado pela bíblica como tendo uma unidade de destino

²¹ Mario de França Miranda também entende que o ser humano tem esta percepção de que a sua existência concreta tem a ver com algo além da mera concretude. Falando sobre a experiência em um aspecto inter-religioso Miranda comenta: “Mantida a pertinência e o sentido da leitura funcional ou da leitura fenomenológica do nosso tema, faz-se mister abordar também a interpretação teológica, intrínseca e substantiva, porque deriva da *principal convicção* do adepto ou fiel de uma religião, a saber, que sua compreensão do universo e da história, do indivíduo e da sociedade, da vida e da morte, da felicidade e do sofrimento, provem de uma realidade meta-histórica, transcendente, divina (MIRANDA, Mario F. *Existência Cristã Hoje*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 165).

²² “Man, absolutely, of whatever race or whatever biological origin he may be, is always, everywhere, and at all times, wherever we may meet him, the same, with the same fundamental constant factors of his nature, as *Humanus*, always everywhere the being capable of humanity, civilization and culture, the being who can speak, and who has a conscience. Man is always and everywhere “Adam”, the being of whom (on the evidence of the Bible) we have been speaking in the previous chapters. Through this destiny as *Humanitas*, given by God to every human being, the unity of the human race and the human history is guaranteed, even if the biological unity, which the Old Testament narrative implies, is merely the temporary garment of a deeper truth” (Cf. BRUNNER, Emil. *Dogmatics (vol. II)*, p. 195).

ligada as demais coisas criadas. A *humanitas* tem em si o aspecto da *universalitas*²³. A historicidade é um elemento constituinte do ser humano criado por Deus, e não fruto do pecado como vê o neoplatonismo. Porque o ser humano foi criado para ter uma existência formada por decisões onde ele projeta a sua vida, ele não foi criado para ter uma existência vegetativa²⁴.

Brunner também explica que uma característica histórica do testemunho bíblico está em apontar a todas as civilizações um fim comum. É evidente que no Antigo Testamento isto não é explícito, mas em Gênesis e nos Profetas há uma interessante história teológica para toda a humanidade (e não apenas para os judeus): todas as “famílias” da terra são conduzidas ao propósito de Deus. Já no Novo Testamento é demasiadamente explícito o alcance universal do Reino de Deus trazido pela mensagem de Jesus Cristo:

“Jesus Cristo é o salvador do mundo todo. Sua salvação é o Propósito de Deus para todas as nações. Todas as correntes da história devem fundir-se no único objetivo do reino de Deus. A história da humanidade é o correlato da mensagem de Cristo; onde Cristo é proclamado, humanidade e história mundial devem ser vista como uma coisa só²⁵”.

Segundo o nosso teólogo de Zürich as religiões bíblicas têm a sua peculiaridade, frente às demais religiões, pelo fato de entender a história como elemento fundamental para compreensão de sua fé²⁶. Este teólogo entende que a visão histórica de âmbito mundial desenvolvida no Ocidente, e em outros países, foi criada a partir da Bíblia²⁷. “Por outro lado, a forma que este pensamento

²³ Ibid.

²⁴ RAHNER, *Curso Fundamental da Fé*, p. 51.

²⁵ “Jesus Christ is the Savior of the whole world. His salvation is God’s Purpose for *all nations*; all the currents of history must merge in the one goal of the Kingdom of God. The history of humanity is the correlate of the message of Christ; where Christ is proclaimed humanity and word-history are seen to be one” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 196).

²⁶ Bruno Forte explica que foi a “religião bíblica” que trouxe pela primeira vez a idéia de história no sentido linear, saindo, assim, da cosmo-visão arcaica e nostálgica de eterno retorno, uma idéia cíclica da história. Eis como diz o próprio Bruno Forte: “Foram os profetas hebreus que valorizaram a história e superaram a visão tradicional do ciclo, descobrindo um tempo linear que avança em sentido único para o futuro: se para as religiões arcaicas as revelações tinham ocorrido no tempo mítico, “no instante extratemporal do início, para a fé de Israel a revelação ocorre no tempo histórico” (Cf. FORTE, Bruno. *Teologia da História: Ensaio sobre a Revelação, o Início e a Consumação*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 15).

²⁷ Ronald J. Blank diz que a visão de história pode ser percebida a partir da experiência de fé do povo de Israel. Israel leu a situação caótica e a fé na atuação de Deus neste estado caótico, como elementos que deveriam ser considerados. Esta memória deu a Israel a noção de uma história, que para aquele povo era uma História da Salvação. Blank entende que ao longo de sua vivência, Israel adquiriu o hábito de olhar a sua realidade considerando o que já havia acontecido no passado, na compreensão de Blank esta prática de interpretar o presente à luz das experiências passadas deu

histórico mundial assumiu nos tempos modernos, é uma mistura de teologia bíblica e uma teoria idealista ou naturalista do processo evolucionário da história²⁸.

Mas para a teologia brunneriana o mais importante do pensamento bíblico em relação à história no seu aspecto global, está no propósito “estabelecido” por Deus para toda criação: tudo convergir em Cristo. Eis novamente a hermenêutica cristológica brunneriana. A história, que abrange toda humanidade e o cosmos, é conduzida misteriosamente ao Reino de Deus revelado por Cristo, onde seu significado mais íntimo é aludido²⁹.

Esta idéia escatológica brunneriana tem ligação direta com a antropologia. Visto que este teólogo entende que a restauração da Imagem de Deus em seu aspecto material é o *propósito* de Deus para o ser humano pecador³⁰.

Por isso Brunner dá grande ênfase a esta história específica, que é parte da história em seu aspecto geral, dizendo que sem a história da salvação o Deus vivo que quer restaurar o ser humano de seu estado de pecado em Cristo Jesus, não seria conhecido. Ele diz que há uma manifestação de Deus na obra criada, mas sem a revelação especial de Deus no seio da história, jamais o ser humano tornar-se-ia conhecedor do propósito de Deus de dar um novo início à história da humanidade³¹. Ele, no entanto, ressalta que esta história da salvação não foi executada sem considerar os processos peculiarmente humanos na história. Pois foi em meio ao paganismo, por exemplo, que Deus forma um povo particular para si, a fim de cumprir o seu propósito universal. Sendo assim, Brunner entende que

formação à idéia de história (Cf. BLANK, Ronald J. *Deus na História: Centros Temáticos da Revelação*. São Paulo: Paulinas, 2005, pp. 8-14).

²⁸ “On the other hand, the form which this world-historical thought has assumed in modern times, is a mixture of Biblical theology and an Idealistic or Naturalistic theory of the evolutionary process in History” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 197).

²⁹ BRUNNER, Emil. *Dogmatics (vol. II)*, pp. 197-198.

³⁰ BRUNNER, Emil. *Dogmatics (vol. II)*, p. 59.

³¹ Nesta questão de uma nova realidade histórica para a humanidade, Bruno Forte pode dar uma importante contribuição ao considerar que a mensagem cristã além de superar a visão arcaica do eterno retorno, dando um dinâmico sentido ao tempo linear como uma construção “livre” e esperançosa onde as *pessoas* desenvolvem o seu futuro, ela pode também mostrar que no evento Cristo Deus estava “salvando a história”. A idéia de Bruno Forte é que a história não pode ser considerada apenas como um pano de fundo onde ocorre a salvação, antes, o evento da salvação tem um efeito geral e irreversível na realidade histórica. Aqui fica evidente que para ele a salvação tem um valor de restauração, pois se estabelece em Jesus Cristo o cumprimento último da “história da salvação”, “história” (específica) esta que é o propósito da história no seu aspecto geral. Assim explica Bruno Forte: “A “história da salvação” se constrói sobre a possibilidade da “salvação da história”, baseada no mistério do advento mediante o qual o Deus vivo fez sua a história dos homens” (Cf. FORTE, Bruno. *Teologia da História*, p. 17).

Deus usou todos os condicionamentos históricos e do progresso humano, até finalmente se revelar como o Deus Criador-Salvador em Jesus Cristo³².

O próprio registro da revelação nas Escrituras deve ser considerado sob a realidade da existência histórica do ser humano, segundo o pensamento brunneriano. Pois se a relação entre o Antigo e o Novo Testamento for vista apenas considerando o aspecto da coerência doutrinária entre ambas as alianças, certamente se evidenciará uma contradição irreconciliável. Isto porque, enquanto no Antigo Testamento prevalece o regime da Lei, o Novo Testamento tem a sua centralidade doutrinária ligada à gratuidade de Deus recebida pela fé. Mas se os dois Testamentos são olhados à luz do Deus vivo que se revela na história da humanidade, até mesmo as “aparentes contradições” doutrinárias entre o Antigo e o Novo Testamento podem ser superadas pela unidade do propósito da revelação que se manifesta em Cristo Jesus. Eis as palavras de Brunner ao tratar do assunto: “Para todos os testemunhos, o do Antigo ou do Novo Testamento, o Deus do Antigo Testamento é sempre o Deus da História, que revela-se a Si mesmo por meio de seus “atos poderosos”, e não por meio do ditado de um Livro Infalível³³”. Falando sobre o propósito da história e da revelação que é Cristo, ele continua dizendo: “Assim, a identidade (dos dois Testamentos) só existe em retrospecto, quando visto do ponto de vista de Cristo³⁴”.

Fica evidente, então, que Brunner entende a história da salvação como um processo dinâmico que se insere na história de forma geral. E que o registro desta revelação de Deus em Jesus Cristo também foi entregue aos processos próprios da realidade histórica em que se encontram o ser humano e o cosmos³⁵. Por isso, para a teologia brunneriana a despeito da contradição entre o Antigo e o Novo Testamento (Lei e Evangelho), há um elemento que une as duas alianças e as

³² BRUNNER, Emil. *Dogmatics (vol. II)*, pp. 198-2001.

³³ “For all the witnesses, whether of the Old or of the New Testament, the God of the Old Testament is always the God of History, who reveals Himself through His “mighty acts”, and not through the dictation of an Infallible book (Cf. BRUNNER, Emil. *Dogmatics (Vol. II)*, p. 201).

³⁴ “Thus the identity (of the two Testament) only exists in retrospect, when seen from the standpoint of Christ’ (Cf. BRUNNER, Emil. *Dogmatics (Vol. II)*, p. 203).

³⁵ Aqui, vale apenas citar a compreensão de Juan L. Segundo no que se refere aos condicionamentos históricos aos quais Jesus Cristo se submeteu a fim de cumprir o projeto do Reino: “Jesus não somente anunciava a proximidade do Reino; mas prepara-a. E o faz, enraizando-se nos mais ricos, complexos e profundos mecanismos históricos. O Reino entra na história para permanecer” (Cf. SEGUNDO, Juan L. *A História Perdida e Recuperada de Jesus de Nazaré: dos Sinóticos a Paulo*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1997, p. 225).

direcionam para o cumprimento do propósito de Deus na vida de toda a humanidade: a dupla idéia de Promessa e Cumprimento³⁶.

Pois para o presente teólogo o mais importante é perceber que as diferenças existentes entre ambas as alianças são fruto do condicionamento histórico. Trata-se de um Deus vivo que se revela a uma humanidade que gradualmente chega ao ápice do propósito divino para a criação³⁷. Por isso que quando se vê a relação entre o Antigo e o Novo Testamento através da idéia de Promessa e Cumprimento percebe-se uma unidade entre os dois testamentos. Para Brunner “todo o Antigo Testamento é promessa messiânica³⁸”. Ele toma o ministério profético³⁹, sobre tudo, para mostrar que no Antigo Testamento já havia a figura de um Deus Santo e Misericordioso, e que é Senhor de todo o mundo. Este Deus escolheu um povo e o santificou, mas o seu propósito vai além das limitações étnicas e “raciais”, pois deseja que todos os povos e nações tomem parte deste propósito contido em sua revelação. E são os profetas que trazem esse alargamento da revelação de Deus no Antigo Testamento, e criam como que um *link* para o Novo Testamento⁴⁰.

Brunner reconhece que os estudos científicos modernos do Antigo Testamento trazem a compreensão de que os profetas não eram primariamente “vaticinadores” do futuro, antes o profeta era alguém que em seu tempo proclamava a reivindicação da fidelidade à soberania de Deus. Para a teologia brunneriana, no entanto, seria um grande desastre o abandono daquela visão hermenêutica que leu os oráculos proféticos como algo que estavam se cumprindo na pessoa de Jesus Cristo. Como diz Brunner:

³⁶ BRUNNER, *Dogmatics (Vol. II)*, p. 202.

³⁷ Neste ponto Brunner se apropria da idéia de “uma revelação educativa e gradativa” contida na concepção econômica da revelação de Irineu que entendia a Lei como uma preparação para que os seres humanos finalmente chegassem à perfeição, sendo esta perfeição a revelação de Jesus Cristo (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (Vol. II)*, pp. 199-200; 203).

³⁸ BRUNNER, *Dogmatics (Vol. II)*, p. 202.

³⁹ Mis ele também usa o exemplo de outros estilos literário como mostra este comentário do valor dos Salmos para a importância da vinda de Cristo: “Foi só a piedade pessoal dos Salmos, que foi o resultado do enfraquecimento político de Israel no judaísmo pós-exílico, que preparou o caminho e obra de Jesus (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 206).

⁴⁰ Edward Schillebeeckx faz um interessante comentário sobre a dimensão universal da história da salvação segundo a compreensão cristã: “História humana, enquanto liberta homens para uma humanidade melhor e para mais profunda atenção de uns aos outros, é, para os cristãos, *história da salvação de Deus*, e o é independentemente do fato de sabermos desta estrutura salvífica de graça e ter havido libertação humana consciente” (Cf. SCHILLEBEECKX, Edward. *História Humana: Revelação de Deus*. São Paulo: Paulus, 1994, 27).

“Contudo, a mais antiga concepção, a qual, de fato, pode ser traçada a origem do Novo Testamento, estava certa na medida em que a coisa mais bonita acerca desta profecia do Antigo Testamento é o fato de que aponta para além de si mesma. Os profetas sabem que são os precursores Daquele que vem, como o último dos profetas, João, o batista, é o arauto divino que aponta para o Cristo que está vindo e que já está presente. A profecia do Antigo Testamento está inválida se for concebida apenas como “profecia”. Nós a esvaziamos de qualquer sentido se suprimirmos esta característica que aponta para o Fim, àquilo que não é ainda, mas que chegará⁴¹”.

Nosso teólogo de Zürich faz uso da figura do “Servo Sofredor” de Isaías para dizer que há partes dos oráculos proféticos que dão abertura para um pré-anúncio do que está por vir do propósito de Deus em um tempo futuro. Ele diz que este Servo Sofredor, por exemplo, é um enigma que não pode ser entendido à sua própria luz. “Nenhuma exegese “histórica sóbria” deste maravilhoso e misterioso capítulo no Antigo Testamento, poderia realmente lhe fazer justiça⁴²”. Pois esta figura é tida pela pesquisa exegética moderna como um rei Persa que é apresentado como um “libertador” que foi usado por Deus em favor do Povo de Israel, mas que se confunde com a imagem de alguém que sofre por outras nações, um solitário que tem uma morte vicária, ficando evidente a dificuldade da sustentação histórica de Ciro como sendo o Servo Sofredor sem se ter grandes problemas. Brunner diz que realmente é impossível dizer com certeza de quem o profeta está falando. Mas ele entende que o Servo Sofredor é muito mais inteligível quando é olhado à luz da vida de Jesus Cristo, como um personagem histórico que foi crucificado no Gólgota⁴³. Eis o que diz o próprio Brunner:

“Assim, a interpretação cristã antiga acerta em cheio, embora não possamos afirmar que o Profeta que escreveu este capítulo “indicava Jesus”. Aqui somos confrontados por um enigma exegético, que não pode ser resolvido satisfatoriamente pelos métodos da exegese científica. [...] A unidade, e o verdadeiro sentido da revelação histórica do Antigo Testamento não pode ser entendido a partir do próprio Antigo Testamento, mas somente do ponto de vista de Jesus Cristo, exatamente como, inversamente, Jesus não pode ser

⁴¹ “And yet the older conception, which indeed can be traced to the New Testament, was right to this extent, that the most wonderful thing about this prophecy of the Old Testament is the fact that it points beyond itself. The Prophets know themselves to be the forerunners of the Coming One, as the last of the Prophets, John the Baptist, is the divine Herald who points to the Christ who is coming and is already present. Old Testament prophecy is nullified if it is conceived only as “prophesying”; we empty it of meaning no less if we suppress this feature which points to End, to that which is not yet, but is to come” (BRUNNER, Emil. *Dogmatics (vol. II)*, p. 207).

⁴² Ibid.

⁴³ Balthasar faz um comentário sobre a relação entre o AT e o NT que pode contribuir nesta presente questão: “Deus Pai estabeleceu a Aliança, promulgou a Lei e enviou os Profetas para abrir o caminho terrenal a seu Filho, criando para ele um determinado modo de corresponder, uma medida de relação, uma possibilidade de compreensão determinada por fé e padecimento” (Cf. BALTHASAR, Hans U. von. *Teologia da História*. São Paulo: Fonte Editorial, 2005, p.46.)

conhecido como Cristo onde Ele não é entendido como Aquele que cumpri a revelação do Antigo Testamento através da história⁴⁴.

É com esta consideração ao processo histórico, que toda humana criatura vive, que o pensamento brunneriano começa a desenvolver a sua doutrina da salvação. Para que o ser humano pudesse novamente rever a Imagem de Deus em seu aspecto material - ter restaurada esta capacidade para viver no amor de Deus - foi necessário que o “Senhor da história” entrasse nos condicionamentos históricos e construísse uma “História da Salvação” (*Heilsgeschichte*). Por isso, esta salvação pode ser uma interpelação concreta para todo ser humano, pois o Deus criador da história chama a todos para que se transformem na imagem daquele que os criou. Vejamos a seguir como se deu o chamado de Deus, na história, para que o ser humano pecador fizesse com Ele uma aliança por meio de sua Palavra Encarnada.

4.2.2.

O Ser humano chamado para uma Aliança com Deus

Nesta parte de seu pensamento, Brunner faz uso da idéia da “Lei” para mostrar que esta compreensão de origem veterotestamentária, e que sofreu muitas distorções ao longo da história, pode ser um elemento que historicamente proporciona conexão entre o Antigo e Novo Testamento. Como também serve para mostrar a vontade de Deus, que deseja estabelecer uma aliança de amor com todos os seres humanos e que tem o seu clímax na aliança que estabelece por meio de Jesus Cristo.

Preocupada ainda com a questão histórica, a teologia brunneriana procura entender a Lei e sua prática no Antigo Testamento à luz da compreensão da idéia da Aliança que Deus sempre quis estabelecer com o ser humano⁴⁵, e assim, formar

⁴⁴ “So the early Christian interpretation hits the nail on the head, although certainly we cannot assert that that the Prophet who wrote this chapter “meant Jesus”. He we are confronted by an exegetical enigma, which cannot be satisfactorily solved by the methods of scientific exegesis. [...] The unity, and the real meaning of the historical revelation of the Old Testament cannot be understood from the Old testament itself, but only from the standpoint of Jesus Christ, just as, conversely, Jesus cannot be known as Christ where He is not understood as the one who fulfils the Old testament revelation through history” (Cf. BRUNNER, Emil. *Dogmatics (vol. II)*, p. 208).

⁴⁵ “Outro elemento de grande importância teológica em Gênesis é a aliança que Deus fez com Abraão. A aliança é o tema central em toda a Escritura” (Cf. LASOR, William S.; HUBBARD,

comunidade. Mas é importante que se diga que, apesar de necessário, o trato da questão da visão da Lei no Antigo Testamento é muito complexo e às vezes indefinido, coisa que Brunner assume ao iniciar a análise da questão⁴⁶. Pois ele trata a compreensão da Lei não só do ponto de vista do Novo Testamento, daquela visão de Paulo, sobretudo, da Lei como um inevitável contraste com o Evangelho. Mas também apresenta a visão otimista da Lei como *Torah* que representa toda a revelação de Deus para o seu povo no Antigo Testamento e a verdade de que Deus exige direção para a vida do homem. Ele diz seguir uma tradição teológica Reformada, mais especificamente a tradição de Zúrich, que tem por método sempre retornar a idéia da *Aliança* como forma de esclarecer o pensamento⁴⁷. Por isso, fica evidente que quanto mais aproxima-se os princípios da Lei à idéia bíblica da Aliança, mais positiva e útil é a posição da Lei. Mas quando a Lei é compreendida apenas sob o foco do comportamento humano – visão predominante do Novo Testamento – torna-se sempre negativa e inadequada.

Para o pensamento brunneriano existem duas linhas de pensamento no Antigo Testamento que correm lado a lado (como apontaram Paulo e João). Uma é legalista e é representada pelas figuras de Hagar, Sinai, Moisés, “a Jerusalém que é aqui de baixo”. A outra corre em direção às idéias da Promessa e da Graça, e tem como modelo: Sara, Abraão, a “Jerusalém lá de cima”. O Novo Testamento traz a figura de personagens - Ana, Simeão e João Batista - que estão esperando o cumprimento da Promessa que somente seria realizada em Jesus Cristo, onde o ser humano pode novamente viver uma amizade com Deus⁴⁸. Mas este cumprimento

David A.; BUSH, Frederic W. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1999, pp. 54).

⁴⁶ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp. 214-215.

⁴⁷ Brunner diz que este método foi retomado novamente pelos eruditos modernos do Antigo Testamento, que consideram a idéia da Aliança como o centro da compreensão da revelação do Antigo Testamento (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p.215). Mas é também importante ressaltar que Brunner diz que a compreensão de que a vontade de Deus é estabelecer uma Aliança, é um elemento que está também presente como o centro do Novo Testamento. O Deus da Bíblia é o Deus da Aliança (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p.216).

⁴⁸ Jon Sobrino também identifica este duplo sentido da Lei na “religião judaica” ao mostrar que a postura de Jesus em relação à lei é ora revolucionária e inconformista e ora conservadora e até tradicional, pois propõe um retorno as origens. Sobrino trabalha a questão ao tratar da posição denunciadora de Jesus frente à postura legalista dos escribas e fariseus referente à lei. No entanto, Sobrino também expõe uma visão positiva de Jesus em relação à lei. “O que nos parece claro é que Jesus defende radicalmente a lei enquanto é lei de Deus em favor dos homens” (Cf. SOBRINO, Jon. *Jesus, o Libertador. A História de Jesus de Nazaré*. São Paulo: Vozes, 1994, pp. 259-262).

nada tem a ver com a forma pejorativa de se ver a Lei, antes deve ser aceito como generosa Graça de Deus⁴⁹.

Para o entendimento da Imagem de Deus no Evento Jesus Cristo, faz-se necessário continuarmos esta análise do pensamento do autor. Pois este assunto, da revelação de um Deus que quer estabelecer uma Aliança, é importante para se entender a atuação histórica de Deus até a manifestação de seu Amor na pessoa de Jesus Cristo. Primeiramente nós trataremos do sentido negativo da Lei e seu contraste com a Graça e “justiça pela fé”. Depois será tratado o aspecto “positivo” da Lei e sua utilidade e conexão com o evento Cristo.

4.2.2.1. Sentido negativo da Lei

Brunner diz que a maior diferença entre o Antigo e o Novo Testamento está no desconhecimento que o Antigo Testamento possui do contraste entre Lei e Graça, a clássica oposição paulina entre “justiça da Lei” e “justiça da fé”, da qual João também está consciente (Jo 1,17)⁵⁰. Fica evidente que para o Novo Testamento, e majoritariamente em Paulo, este contraste entre Lei e Graça é fundamental para mostrar o caráter temporário da revelação do Antigo Testamento. Ou será que a conotação que Paulo dá à Lei tem um sentido pejorativo e legalista, que não é o real entendimento veterotestamentário? Brunner reconhece que esta possibilidade traz em si conseqüências drásticas tanto para a história da teologia como também coloca um valor secundário na luta de Paulo contra a “justiça da Lei”⁵¹.

⁴⁹ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 222-223.

⁵⁰ O exegeta e especialista em Novo Testamento George E. Ladd diz que o pensamento de Paulo a respeito da Lei é de difícil compreensão, pois parece fazer numerosas afirmações contraditórias. Ora afirma que aqueles que praticam a Lei serão justificados (Rm 2,13), e encontrarão a vida pela Lei (Rm 10,5; Gl 3,12); ora afirma que nenhum homem será justificado pelas obras da lei (Rm 3,20), mas apenas levados à morte pela letra da Lei (2Co 3,6). Ele também reivindica que foi irrepreensível em sua obediência à Lei (Fp 3,6) e, no entanto, afirma que nenhum homem pode estar perfeitamente sujeito à Lei (Rm 8,7). Para Ladd a má compreensão do pensamento de Paulo sobre a Lei está na mania de se tratar do assunto do ponto de vista histórico. Para Ladd eis a solução: “Contudo, o pensamento de Paulo não deve ser visto nem como uma confissão de sua biografia espiritual, nem como uma descrição do caráter legalista do farisaísmo do primeiro século, mas como uma interpretação teológica, feita por um pensador cristão, de duas maneiras de justiça: o legalismo e a fé” (Cf. LEDD, George E. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Hagnos, 2003, p. 672). Ladd chega a dizer que a visão teológica de Paulo era que Israel fez um mau uso da Lei, pois quando deveria relativizá-la pela justiça da fé em Cristo, Israel se apegou de maneira legalista a Lei (Cf. LEDD, *Teologia do Novo Testamento*, p. 672-673).

⁵¹ BRUNNER, Emil. *Dogmatics (vol. II)* p. 220.

O teólogo de Zürich dá uma resposta (que ele chama de provisória) a esta questão tendo como chave de leitura a idéia bíblica central da Aliança. Com isso, ele diz que a idéia bíblica da Aliança traz consigo duas verdades: “que Deus é amor livre e generoso, e que Ele reclama o ser humano para Si, para este amor⁵²”.

Fica assim em relevo, em primeiro lugar, o aspecto da gratuidade do dom de Deus na vida humana. Pois segundo a teologia brunneriana, viver a vontade de Deus, viver no Santo amor de Deus, é ter uma atitude receptiva à generosa bondade de Deus. Isto aponta para algo que jamais se poderia ter por “méritos e esforços humanos”. A segunda verdade que a visão bíblica da Aliança mostra é que o ser humano só recebe o amor de Deus na medida em que o próprio Deus interpela-o a aceitar o que já foi feito por Ele.

Brunner explica que estas duas verdades da Aliança são ofuscadas pela compreensão e prática da Lei no Antigo Testamento⁵³. Mesmo nos profetas é incontestado a existência de uma “teologia” que tende a colocar ênfase ao cumprimento a determinadas regras pré-estabelecidas. Mesmo nos textos onde existe uma teologia da Eleição divina de Israel, onde desponta o sinal da graça divina que torna o ser humano justo, mesmo aqui esta compreensão é logo substituída por uma idéia de algo que pode ser cumprido, que, portanto, é regido pela lógica legalista da “justiça pelas obras da lei”. O teólogo de Zürich comentando sobre a inevitabilidade de tornar a Lei legalista, mesmo que às vezes pareça ser diferente, sobre isso, assim comenta:

“A idéia da Lei torna a vontade de Deus concreta: “alguma coisa” é requerida, e porque algo é requerido, deve existir algo que pode ser cumprido. Nenhuma distinção é feita entre a lei que pode ser cumprida, que se encontra no código civil, e o mandamento radical do amor. A *justitia civilis*, que mesmo um ser humano pecador pode observar, e o mandamento incondicional do amor, diante do qual mesmo o melhor e o mais religioso dos homens se torna pecador, não são suficiente e claramente distinguidos um do outro⁵⁴”.

⁵² Ibid.

⁵³ No entanto, é importante considerar que para Ledd os Profetas sempre atuaram contra o indevido uso da Lei. E que a má compreensão da Lei, e o seu uso para sufocar o sentido maior da fé de Israel que era a Aliança (Ledd uma a palavra Pacto), foi um processo que aconteceu no período intertestamentário. Como Ledd mesmo diz: “Esse novo papel da Lei caracteriza o judaísmo rabínico; e, por esta razão, o ponto de partida básico do Antigo Testamento é característica e decisivamente alterado e invalido. A Torá trona-se a única mediadora entre Deus e a humanidade; todos os outros relacionamentos entre Deus e o homem, entre Deus e Israel, ou entre Deus e o mundo, estão subordinados à Torá. Tanto a justiça como a vida no século futuro são assegurados pela obediência à Torá” (LEDD, *Teologia do Novo Testamento*, p. 674).

⁵⁴ “The Idea of Law makes the will of God concrete. “Something”, is demanded, and because “something” is demanded, it must be something that can be fulfilled. No distinction is made

Para o pensamento brunneriano a suspeita sobre o uso da Lei no Antigo Testamento como algo inevitavelmente legalista ganha mais força pelo fato do Novo Testamento ratificar tal compreensão. Pois a idéia neotestamentária do chamado divino, da reivindicação amorosa de Deus para com o ser humano como um dom da graça nunca é identificado com a idéia da Lei. Isto porque a Lei sempre traz consigo a velha soberba humana de querer pagar por tudo que recebe, e de a partir da “Lei” criar muitas leis⁵⁵. A natureza da Lei pressupõe o legalismo. “Mas a graça de Cristo envolve uma existência, “um modo de ser”, existir “em Cristo”, existir “no amor de Deus”, existir “no Espírito Santo” ou estar “cheio do Espírito Santo”, que emana no fazer a vontade de Deus⁵⁶”. É justamente isto que Paulo aponta quando faz o contraste entre “justiça da lei” com a “justiça da fé”.

O autor por nós analisado também considera o pensamento do apóstolo Paulo quanto ao fato de que pensando como a Bíblia pensa historicamente, a lei não é um elemento constituinte do ser humano criado segundo Deus, mas resultado da queda e desobediência. É dessa forma que o homem pecador é colocado sob a lei, que é o contraste com a consciência de que deve viver pela generosa manifestação de Deus, e por isso vive-no-amor-Deus, plano originário da criação. Mas agora sob o regime da lei o ser humano é em todo o momento confrontado com a consequência de querer ter uma vida autônoma, longe da dependência de Deus (Queda), sendo assim, precisa viver na lógica da “justiça pelas obras” da lei. O pecado é justamente consequência da rebeldia do ser humano de querer conhecer o bem e o mal, de conduzir a sua vida sem o auxílio de ninguém. A lei é dada por Deus para que a nova lógica humana tente conseguir seus objetivos. Por isso, Brunner explica que a Lei em si não é má, mas o fato de

between the Law which can be fulfilled, which stands in the civil code, and the radical personal commandment of love. The *justitia civilis*, which even a sinful human being can observe, and the unconditional commandment of love, before which even the best and the most religious of men become sinners, are not sufficiently clearly distinguished from each other” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 221).

⁵⁵ García Rubio diz que no tempo de Jesus, por exemplo, havia a Torá (que representava os escritos que compõe a Bíblia hebraica) que representa a Lei propriamente dita, mas havia também a “Halaká” que era o conjunto de interpretações da Torá, feitas pelos mestres judaicos, e que tinha um teor profundamente legalista (Cf. RUBIO, García. *O Encontro com Jesus Cristo Vivo*. 11. ed. São Paulo: Paulinas, 2007, pp. 54-57).

⁵⁶ “But the grace of Christ involves an existence, “a way of being”, being “in Christ”, being “in the love of God”, being “in the Holy Spirit”, or being “filled with the holy Spirit”, which issues in the doing of God’s will” (BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 222).

que o ser humano possui a coisa boa e santa na forma da Lei é resultado do pecado⁵⁷.

Sendo assim, a lei não é um elemento originário, mas consequência do pecado. Ela “está entre”, não é da origem e nem é o fim que Deus deseja para a humanidade. Pois a vontade de Deus expressa pela lei é neutra, externa e, por isso, impessoal. Já o desejo de Deus para o ser humano tem uma dimensão pessoal. Ele não quer que se “faça algo”, mas Ele deseja que o coração humano seja Dele e esteja voltado para Ele. Esta vontade de Deus é originária e também é final. Por isso Jesus Cristo é aquele que restaura a vontade de Deus “originária” no ser humano e dá fim aquilo que “está entre”, o amor é o fim da lei. Como diz Brunner:

“A vontade de Deus que é dirigida à pessoa é a vontade do Deus de amor. Isto implica no paradoxo de que é o resumo de toda lei, que é a verdadeira intenção da lei, e que por esta razão não pode ser em última análise lei absolutamente. O mandamento do amor não é apenas o centro da lei, é também o seu fim. Cristo é o fim da Lei, não apenas o seu cumprimento. Aquele que está em Cristo “não está debaixo da lei”⁵⁸”.

Fica, assim, evidente o valor desta consideração negativa da lei para a compreensão de que Jesus Cristo é aquele que dá ao ser humano algo que lhe era originário, mas que foi perdido. O que para a nossa presente pesquisa pode ter direta ligação com a questão da restauração do aspecto material da *Imagem de Deus* que leva o ser humano a viver no verdadeiro Amor de Deus.

4.2.2.2.

Sentido positivo da Lei e sua conexão com Jesus Cristo

Ao tratar o tema da Lei em relação mais direta com a idéia da Aliança (Brunner diz que a Aliança é o centro da revelação), a teologia brunneriana vê a Lei por um viés mais positivo. Apesar de todo legalismo da Lei no Antigo Testamento, “o Deus da revelação, o Deus vivo e verdadeiro que é revelado em

⁵⁷ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 223

⁵⁸ “The will of God which is directed to the person, is a God’s will of love. This implies the paradox that it is the sum of all law, that it is the actual intention of the law, and that for this very reason is cannot ultimately be law, it is also its end. Christ is the end of the Law, not only its fulfillment. He who is in Christ is “non longer under the law” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 224).

Jesus Cristo, é o Deus da Aliança. Este não é só o testemunho explícito do Antigo Testamento, mas também do Novo Testamento⁵⁹”, diz Brunner.

Pensando historicamente, é evidente no Antigo Testamento que “a ação fundamental de Deus na História é o estabelecimento de uma Aliança⁶⁰”. Pois o evento do Sinai demonstra a intenção de Deus de não se relacionar apenas com indivíduos isoladamente, mas de formar “O Seu Povo”. Por isso, Brunner diz que Deus tem o propósito de construir comunidade. E dando a palavra “povo” um sentido mais amplo, pode-se dizer que esta vontade por comunidade também abarca o Novo Testamento. E esta palavra também está profundamente ligada à soberania de Deus, pois a eficácia da realização da vontade de Deus por uma comunidade encontra-se na transmissão (oferta) e aceitação do Amor santo do próprio Deus. Aqui, começa a despontar o que há de positivo na Lei, quando relacionada de forma mais profunda à idéia da Aliança⁶¹, criação de uma comunidade.

Entretanto, esta vontade por uma comunidade nada tem a ver com uma unidade uniforme, pois a comunidade que Deus quer criar pressupõe a existência de diversidades, “oposição”, alguém que é verdadeiramente uma “contraparte”, alguém que genuinamente está apto a responder e que não é esmagado e subjugado pela vontade de Deus. Eis como o próprio Brunner expõe os princípios desta comunidade:

“O “Eu e Tu” da relação divina com o mundo e com o Homem certamente não é um *schema*, introduzido na doutrina cristã pelo “Eu-Tu da filosofia”, mas é a verdadeira, a fundamental relação entre Deus e o Homem. Deus leva a sério o seu companheirismo. Por isso, Ele não está preocupado apenas em firmar sua reivindicação como “Eu” – o Senhor – mas também aprecia o humano “Tu”. Ele deseja “dominar” de tal modo que Sua soberania seja livremente aceita pelo homem. Seu amor deseja despertar amor responsivo no homem, a “obediência da fé”. A verdadeira comunhão entre Deus e o homem só pode ser expressa nas palavras: “Vamos amá-lo, pois Ele nos amou primeiro⁶²”.

⁵⁹ “The God of revelation, the true and living God who is revealed in Jesus Christ, is a *God of the Covenant*. This is not only the explicit testimony of the Old testament, but also of the New Testament” (BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 215).

⁶⁰ “God’s fundamental action in History is the establishment of a Covenant” (Ibid).

⁶¹ Ledd também corrobora o pensamento de que a Aliança (ele usa o substantivo Pacto) é onde a lei tem um sentido positivo: “A Lei foi dada com o objetivo de unir Israel a seu Deus. A obediência à Lei não faz de Israel o povo de Deus; pelo contrário, fornece a Israel um padrão a ser obedecido, pelo qual o relacionamento pactual deveria ser preservado. Assim, o objetivo da Lei é estabelecer o relacionamento da nação do pacto e do indivíduo com o Deus do pacto, como também com os membros da nação que pertencem ao mesmo pacto” (LEDD, *Teologia do Novo Testamento*, p. 673).

⁶² “I and You” of the divine relation to the world and Man is certainly not a *schema*, introduced into Christian doctrine by the “I-Thou philosophy”, but it is the true, fundamental relation between

Sendo assim, o centro da compreensão da idéia bíblica da Aliança está nesta realização da auto-comunicação divina em comunhão com e entre os homens, que toma forma em uma resposta livre à generosa graça de Deus. A soberania de Deus em cumprir o seu desejo por uma comunidade se caracteriza pelo fato de que o ser humano ao responder o convite de viver uma relação de amor com Deus, já recebeu de Deus a capacidade de dizer sim. Mas esse dom de Deus que é dado ao ser humano, esta capacidade de dizer sim, também deve ser entendida como uma postura respeitosa de Deus em relação à liberdade humana. Nisto se caracteriza a legítima comunidade que Deus cria por meio da Aliança.

Brunner diz que a unidade do Antigo e do Novo Testamento está na revelação de que Deus é desejoso por Aliança. Em ambos os Testamentos a questão central é o convite de Deus ao ser humano para formar uma comunidade, um povo, ter uma Aliança com a humanidade por meio de Sua generosa graça que O levou a “descer” para *dialogar* na limitação humana. Foi desta forma que os profetas entenderam a revelação do Sinai. Foi assim também que a tradição sacerdotal considerou este evento como a ação de Deus na história. Esta era a convicção daquelas instituições veterotestamentárias. O teólogo de Zürich diz que esta primitiva concepção que o Antigo Testamento teve da história foi a base que serviu de resistência contra os assaltos do criticismo histórico – ainda que muitos detalhes da narrativa tenham sido expurgados⁶³.

É justamente neste ponto que o pensamento brunneriano aponta a necessidade de se considerar a Lei à luz do estabelecimento desta Aliança. Ele diz que a “escola de Zürich” prestou um grande serviço à Teologia ao dar ênfase à conexão entre a Aliança e a Lei, que é um contraste com a polêmica unilateral da Lei e do Evangelho. “Corretamente entendida, a “Lei” do Antigo Testamento não é o *Nomos* de Paulo⁶⁴, que é uma má compreensão judaica da verdadeira *Torah*.

God and Man. God takes fellowship seriously; hence He is not only concerned to assert His claim as “I” – the Lord – but He also cares for the human “Thou”. He wills to “rule” in such a way that His sovereignty is freely accepted by man; His love desires to awaken responsive love in man, the “obedience of faith”. True communion between God and man can only be expressed in the words: “let us love Him, for He has first loved us” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics* (vol. II), p. 216).

⁶³ BRUNNER, *Dogmatics* (vol. II), pp. 216-217.

⁶⁴ Aqui é interessante o comentário de Leed sobre o parecer de estudiosos judeus acerca do sentido negativo da Lei exposto pelo pensamento paulino: “Muitas das características da interpretação que Paulo tinha da Lei não apenas não encontra nenhum paralelo no judaísmo, como, na realidade, defere tanto do pensamento judaico que os estudiosos judeus modernos recusam-se a aceitar sua

Mas esta verdadeira *Torah* só pode ser corretamente entendida do ponto de vista de Jesus Cristo⁶⁵”. Com isso, Brunner explica que sem a consideração de que a Lei e a Aliança do Antigo Testamento apontam para Cristo - pois o evento no Sinai era o início da manifestação do amor gratuito de Deus no ato da eleição de Israel - a *Torah* é entendida apenas como um *Nomos* de uma “justiça pelas obras”.

O próprio Jesus, nos Evangelhos, não condena a lei, condena o mau uso dela pelos fariseus e escribas. Ele até disse que não veio revogar a lei, mas cumpri-la (Mt 5, 17-19). A lei, na verdade, deve ser vista como um elemento libertador, pois Deus deu ao ser humano os princípios de sua vontade. Na lei está o início do governo do Deus da Aliança, que toma a sua plenitude em Cristo; o cumprimento da lei. Desta forma, é interessante observar que nos evangelhos Jesus sempre condena o indevido uso legalista da lei, mas nunca a lei em si⁶⁶.

É importante também considerar a lei sob mais um ponto de vista positivo: a lei como um método divino de educação. A lei deve ser entendida como um elemento preparatório. Algo que é dado por primeiro, com o fim de se chegar a uma plenitude e “perfeição”. Brunner usa a idéia do Novo Testamento – que foi também seguida por Lutero e Calvino – de que a lei foi algo necessário para que chegasse o tempo do Evangelho. Assim diz Brunner a esse respeito:

“A lei é comparada com um “tutor”, que prepara a juventude para o crescimento rumo a coisas melhores, ou atua como um tipo de guardião que preserva o tutelado para uma posterior experiência da graça. Ou é comparada com a relação de um servo que precede a esse de um filho. Nossa reação contra uma teoria naturalista ou Idealista do “desenvolvimento” não deveria cegar-nos ao fato desta visão nivelada, que é inerente à própria Bíblia. A relação da lei com a revelação da graça generosa de Deus não é somente negativa, mas positiva – neste sentido de “educação” ou “preparação”⁶⁷.

declaração de que fora um rabino palestino, e insistem que ele representa um judaísmo distorcido da Diáspora” (Cf. LEDD, *Teologia do Novo Testamento*, p. 677).

⁶⁵ “Rightly understood, the “Law” of the Old Testament is not the “*Nomos*” of Paul, which is a Jewish misunderstanding of the true *Torah*. But this true *Torah* can only be rightly understood from the standpoint of Jesus Christ” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 217).

⁶⁶ GRELOT, Pierre. *Libertação dos Homens e Salvação em Jesus Cristo*. São Paulo: Paulinas, 1984, pp. 66-67.

⁶⁷ “The Law is compared with a “tutor”, who prepares the growing youth for something better, or acts as a king of “guardian” who preserves the “ward” for a later experience of grace; or it is compared with the relation of a servant which precedes that of a son. Our reaction against a naturalistic or Idealistic theory of “development” should not blind us to the fact of this graded view, which is inherent in the Bible itself. The relation of the law to the revelation of the generous Grace of God is not only negative, but positive – in this sense of “education” or “preparation”. (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp. 228-229).

Com isso, o pensamento brunneriano entende que o pecador deve passar pelo estágio do aprendizado da lei, antes que possa entender a graça. A lei lhe mostra que é um pecador, só então terá condições de compreender a mensagem do gratuito perdão de Deus.

Sendo assim, fica evidente que a partir da lei constata-se uma complexa relação entre o Antigo e o Novo Testamento. A distinção entre a lei e a gratuidade não foi claramente feita no Antigo Testamento, por isso é sensato dizer que por este motivo a revelação do Antigo Testamento contém um elemento de imperfeição. Deve-se, então, assumir que há muitos aspectos no Antigo Testamento que de fato dá fundamento à construção negativa de uma “religião da Lei”, que Paulo formula com a lógica da “justiça pelas obras”. Mas também há muitos outros indícios que mostram que houve uma má compreensão da Lei que foi tomada, em muitos de seus elementos, separadamente do contexto da revelação na Aliança, na qual a Lei encontra o seu sentido mais fiel⁶⁸.

Por isso, que Brunner chega à conclusão de que a visão legalista do Antigo Testamento é uma má compreensão⁶⁹, pois a idéia central do Antigo Testamento é aquela de um Deus que elege gratuitamente a Israel. A Lei deveria cumprir o seu “papel” de ser uma roupa que guarda o sentido mais íntimo da generosa graça e eleição de Deus, apontar para Aquele que cumpre o desejo de um Deus por Aliança. “Mas este véu não poderia ser removido pelo próprio homem; só poderia ser removido pelo novo ato da revelação em Jesus Cristo, a Palavra Encarnada⁷⁰”.

⁶⁸ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 230.

⁶⁹ O teólogo alemão Leonhard Goppelt apresenta uma importante contribuição ao mostrar que a Lei no tempo de Jesus (e na época pós-pascal, onde são acrescentadas narrativas catequéticas na vida de Jesus) era tratada e apreciada pelos judeus em estreita relação com a *Halaká*. A *Halaká* (comportamento) era preceitos casuísticos que serviam para interpretar a Torá na sua aplicação em várias situações específicas e individuais. A *Halaká* chegou a ser indicada por uma linha rabínica como uma tradição oral secreta que fora transmitida desde os lábios de Moisés. Com isso, queria-se dá à *Halaká* o mesmo peso que a Torá. Goppelt diz que Jesus critica tenazmente esta postura ao contrapor o mandamento de Deus a tradição dos homens (isso fica claro nas discussões a respeito do lavar as mãos: Mc 7,1-8; e sobre a questão do *Corbã*: Mc 7,9-13). Ele ainda diz que a escola de Qumran também apresentou uma forte oposição à *Halaká* quando o Mestre da Justiça critica a linha dominante por ter radicalizado a lei em suas exigências. O fato é que para Goppelt há um claro respeito de Jesus frente à lei como Torá – manifestação da vontade de Deus -, da onde tira o duplo mandamento do amor. Já em relação a *Halaká*, Jesus a rejeita completamente (Cf. GOPPELT, Leonhard. *Teologia do Novo Testamento*. 3. ed. São Paulo: Teológica, 2002, pp. 117-130). Mas apesar de tudo é muito difícil chegar ao real parecer de Jesus sobre a Lei, visto que em seu tempo a Torá está em estreita relação com a *Halaká*, por isso diz Goppelt: “A pergunta pela posição de Jesus frente à lei se torna concreta apenas quando se vê que, no judaísmo, há *Halaká* e Torá lado a lado” (GOPPELT, *Teologia do Novo Testamento*, p. 118).

⁷⁰ “But this veil could not be removed by man himself; it could only be removed by the new Act of revelation in Jesus Christ, the Incarnate Word” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 230).

Com o que até aqui foi visto, nós quisemos mostrar como o pensamento brunneriano entende o evento Jesus Cristo como algo entranhado na história. Para que a *Nova Aliança* em Cristo Jesus fosse possível, para que a restauração da Imagem de Deus no ser humano se realizasse, muitas idéias e compreensões da revelação (como a lei, por exemplo) tiveram que ser esclarecidas ao longo desta História da Salvação. Agora, nós apresentaremos o último assunto deste ponto, assunto que trata dos fatos que precederam a vinda Daquele que dá ao ser humano a condição de viver novamente no Amor de Deus (ser Imagem de Deus). Trata-se da questão da Plenitude dos tempos.

4.2.3. A “plenitude dos tempos”

Brunner ainda tendo a preocupação de mostrar a revelação de Deus na história, até chegar ao cumprimento de seu propósito “universal”, usa a compreensão paulina de “um tempo determinado”: “Quando a plenitude dos tempos veio, Deus enviou seu Filho”.

A teologia brunneriana trabalha com a idéia de “um tempo determinado por Deus” para a salvação de todo o mundo. Por isso a Lei tem um caráter provisório, como também a revelação do Antigo Testamento. Mas é importante ressaltar que Brunner, com a intenção de trabalhar uma época propícia para a revelação máxima do Amor de Deus, toma como base aquela compreensão negativa da Lei que foi acentuada pela teologia paulina. Trata-se, como já foi visto, daquela consideração do evento do Sinai desconectada da idéia bíblica da Aliança. Ele faz esse uso do entendimento da Lei no sentido negativo, e paulino, porque tem a intenção de abrir a idéia da existência de um tempo preparatório, até que viesse Cristo, para todas as nações e não apenas para Israel. Como ele mesmo comenta:

“A Lei como princípio da relação do homem com Deus, não associa o Antigo e o Novo Testamento, mas relaciona o Antigo Testamento com o paganismo. A *Lex*, separada da Aliança, é um princípio comum a todas as religiões, pertence ao homem natural como tal⁷¹”.

⁷¹ “The Law, as the principle of man’s relation to God, does not connect the Old Testament with paganism. The *Lex*, severed from the Covenant, is a principle common tall religions, it belongs to the natural man as such” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics* (vol. II), p. 232).

Brunner tem a preocupação de explicar que ele não estava colocando a fé do Antigo Testamento no mesmo “pé de igualdade” com as outras religiões pagãs. Mas do ponto de vista da prática da Lei (no sentido paulino), sem considerar a Eleição e a Aliança, pode-se igualar tanto judeus como gentios como seres humanos que estavam sob uma condição preparatória até que na “plenitude dos tempos” viesse Cristo⁷². O pensamento brunneriano quer ressaltar aquele aspecto coletivo da humanidade no que diz respeito à condição do pecado. A revelação de Jesus Cristo mostra isto a todos os seres humanos: vocês estão em um estado de pecado indistintamente. Sendo assim, ele quer ressaltar que do ponto de vista de Jesus Cristo todos (quer judeu ou gentio) são um, quer no pecado, quer na possibilidade da graça⁷³.

É importante também dizer que a história do povo de Deus está em íntima relação com a história das demais nações. No Antigo Testamento é muito evidente como a atuação de Deus vai bem além do que meramente uma relação exclusivista com Israel. Pois Israel é tirado do meio das nações, mas ao mesmo tempo as demais nações são o alvo de Deus na atuação do povo de Israel. Deus usa a Babilônia e a Assíria a fim de repreender o pecado de Israel e Judá. Como também usa Ciro, rei da Persa, para libertar os judeus do exílio. Para Brunner fica evidente como a história do povo judeu está em conexão com os outros povos⁷⁴. Para um historiador “secular” isto é apenas um fato, mas do ponto de vista da fé em Deus, e da Revelação, trata-se da concretização do propósito divino sobre toda a Criação, trata-se da ação na história do Senhor da história. Por isso diz Brunner: “Assim estamos certos, e, na verdade, somos obrigados, a falar de uma preparação divina para a revelação de Cristo, não apenas em Israel, mas também no mundo das nações em geral⁷⁵”.

O próprio fato dos judeus se encontrarem privados de sua soberania como estado, deles serem apenas uma comunidade religiosa nacional, e por isso estarem esperando pelo Redentor, mostra como nesta preparação as outras nações tiveram uma ação objetiva ao acabarem com o reino davídico e conseqüentemente com o

⁷² Ibid.

⁷³ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp. 95-98.

⁷⁴ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp. 232-233.

⁷⁵ “Thus we are right, and indeed we are obliged, to speak of a divine preparation for the revelation for the revelation of Christ, not only in Israel but also in the world of nations as a whole” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 232).

poder judaico civil. Pensando a partir da expansão da Igreja no mundo, Brunner expõe alguns fatores que contribuíram para esta preparação, que foi chamado pelo Apóstolo Paulo como a “plenitude dos tempos”⁷⁶.

Nosso teólogo de Zürich arrisca delinear alguns acontecimentos históricos que, a seu ver, compõem esta “plenitude dos tempos” necessária para a expansão da Mensagem do Evangelho pelo mundo. Vê-se claramente que o ponto de partida do pensamento brunnerino para consideração da plenitude dos tempos é a configuração de um ambiente favorável à expansão da mensagem cristã pelo mundo. Apresentaremos, resumidamente, os acontecimentos históricos que segundo Brunner apontam para a constituição de uma época ideal para que Cristo viesse.

Com isso, o primeiro elemento que o pensamento brunneriano considerou de suma importância, e que se evidencia como elemento de uma “plenitude dos tempos”, foi o ambiente religioso mundial estabelecido depois das campanhas de Alexandre o Grande e dos romanos. Pois as religiões deixaram de ser nacionais e passaram a considerar adeptos de outras nacionalidades. Os cristãos acharam um ambiente mundial aberto para novas experiências do sagrado. Outro sinal da plenitude dos tempos foi a insatisfação experimentada pelas pessoas frente aos sistemas religiosos e filosóficos tradicionais, que não mais satisfaziam o anseio pela verdade e criava a expectativa por uma “libertação”⁷⁷. A Dispersão dos judeus pelo mundo também é apontado como um fator favorável à expansão da mensagem cristã, como mostra o livro dos Atos dos Apóstolos. Outros eventos de cunho mais material tiveram importância crucial no sucesso da comunicação da fé cristã, como foi o caso do domínio do mundo mediterrâneo pelo Império Romano. Roma preparou o mundo para que tanto no aspecto da locomoção (construção de estradas e portos seguros), como na cultura (língua comum, leis mais diplomáticas) fosse possível o anúncio de uma nova fé de matriz semita para todo o mundo de então⁷⁸. Finalmente, o último elemento que Brunner considerou fundamental para que estivesse formada a “plenitude dos tempos” foi à situação

⁷⁶ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 233.

⁷⁷ Pode-se dizer que isto tinha relação com a esperança de um libertador, ou verdade libertadora.

⁷⁸ O historiador J. M. Roberts diz que os romanos dispunham de uma tecnologia de engenharia inigualável, pois os gregos e outros povos não conheciam tais técnicas. Ele cita, por exemplo, o fato de que os romanos foram os primeiros no Ocidente a construir os tetos em forma de abobada (Cf. ROBERTS, J. M. *O Livro de Ouro da História do Mundo*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002, pp. 231-235).

da religião judaica nos dias de Jesus. Somente este judaísmo tardio poderia dar base à formação que Jesus teve como judeu. Somente Jesus sendo um judeu do seu tempo, aquele tempo em particular, poderia ele realizar o propósito do Pai⁷⁹.

Brunner explica, entretanto, que a despeito dos sinais observados e julgados como componentes que formam este tempo apropriado para a vinda de Cristo, somente em Deus havia, e há, a resposta do porquê a vinda de Cristo foi quando foi. Na medida em que Paulo fala sobre uma “plenitude dos tempos” deve-se considerar que ele está apontando para Aquele que é supratemporal, e criador do tempo. Esta consideração traz consigo a necessidade de reconhecer que de alguma forma, Deus construiu a história para que ela servisse ao seu propósito salvador. E, na medida que em Jesus Cristo Deus restaura a sua criação, deve-se inevitavelmente dizer que a história em si é messiânica. Assim, também pode-se dizer que o propósito que foi de maneira informe anunciado pela Lei e os Profetas no Antigo Testamento toma forma na nova aliança estabelecida em Jesus Cristo. Como explica o próprio Brunner:

“Mas à luz deste cumprimento especial podemos, e devemos, ver como o todo da história mundial é direcionada para Jesus Cristo como seu Cumpridor. Assim é precisamente da relação do Antigo e do Novo Testamento somente que esta visão histórica universal está correta. A saber, significa olhar para trás, não para frente; de cima, não de baixo. O Novo Testamento não pode ser entendido a partir do Antigo, mas ao contrário o Antigo deve ser entendido à luz do Novo. Jesus Cristo não pode ser entendido do ponto de vista da história mundial, mas a história mundial deve ser entendida à luz de Jesus Cristo⁸⁰”.

Brunner explica que o fato de que a história deva ser entendida como estando “subordinada” ao propósito de Deus, que é Jesus Cristo, não significa que arbitrariamente pode-se fazer uma leitura cristológica de todos os acontecimentos. Porém, aqui, ou ali, nos muitos fatores da história pode-se constatar algo do caráter preparatório de alguns eventos. É a estas “evidências” que o teólogo se apega. Eis a convicção da teologia brunneriana:

“Há muito tempo, desde os inícios mais antigos, Deus preparou aquilo que Ele então desejou dar como salvação do mundo “na plenitude dos tempos”, como algo que por um

⁷⁹ BRUNNER, *Dogmatics*, (vol. II), pp. 233-236.

⁸⁰ “But in the light of this special fulfillment we way, and ought, to see how the whole of world history is directed towards Jesus Christ as its Fulfiller. Thus is precisely from the relation between the Old and New Testament alone that this universal-historical view is above, not from below. The New Testament cannot be understood from the Old, but conversely the Old must be understood from the point of the view of world history, but world history is to be understood in the light of Jesus Christ” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics*, (vol. II), p. 237).

lado – de acordo com a sua natureza humana – provém desta história, bem como algo que adentra a esta história, como algo que não poderia ser explicado a partir de si mesmo. Doravante, nos envolvemos com esta “coisa nova”, com a salvação a nós comunicada em Jesus Cristo⁸¹.

Nós proseguiremos falando mais especificamente da obra Deste que é a salvação e propósito amoroso de Deus para a sua criação. Para o qual a história foi direcionada e tudo foi criado. Aquele que restaura o aspecto material da Imagem de Deus no ser humano, que o capacita novamente a viver-no-Amor-de-Deus. Sendo assim, depois desta necessária consideração histórica, o pensamento brunneriano passa a tratar mais diretamente do evento Jesus Cristo. Cabe agora a nossa pesquisa mostrar como o autor vê a obra de Cristo no ser humano em contato com esta “Boa Nova” esperada desde os tempos remotos.

4.3. A Obra salvífica de Deus em Jesus Cristo

Nesta parte nós trataremos mais especificamente a questão da obra de salvação realizada por Jesus Cristo. Este tópico toca mais diretamente o tema da presente pesquisa. Visto que daqui em diante será analisado o pensamento de Brunner no que diz respeito à realização da restauração do ser humano a sua condição de interlocutor do Amor de Deus. Será constatada a relevância da questão da Imagem de Deus no sentido “material” nos três ofícios destacados por Brunner como essenciais para se entender a obra salvífica de Deus realizada no evento Jesus Cristo. Em primeiro lugar será visto a questão do ofício profético de Cristo, depois o ofício sacerdotal e por fim, a obra real de Cristo.

4.3.1. O ofício profético de Jesus Cristo

⁸¹ “Long ago, from the very earliest beginnings, God had prepared that which He then willed to give as the salvation of the world “in the fullness of the times”, as something which on the one hand – according to its human nature – grows out of this history, as well as something which came into history, as something which could not be explained from itself. Henceforth we shall be dealing with this “new thing”, with the salvation given to us in Jesus Christ” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 238).

Nosso teólogo de Zürich explica que no seu ministério Jesus foi por várias vezes apontado como sendo um profeta. Ele foi apontado como profeta porque expunha as Escrituras, não como os escribas, mas com autoridade. Jesus também, como João Batista, trazia coisas novas ao povo, e isto era sintetizado nas inusitadas palavras: “É chegado a vós o Reino de Deus”. Jesus, para os seus contemporâneos, certamente tinha tudo que o caracteriza um “grande profeta”.

Mas ele mostra que o próprio Jesus nunca aceitou o título de profeta, como também nunca reivindicou-o para si. Pois na medida em que os profetas usavam as palavras: “Assim diz o Senhor!” Eles mostravam que a mensagem era algo vindo de fora, nunca incluíam sua personalidade como um componente da mensagem. Já no caso de Jesus, apesar de como os profetas Ele ter uma mensagem que diz respeito à coisa divina, no entanto Ele mostra a novidade da sua mensagem no fato de que a Sua pessoa está indelevelmente ligada à sua “profecia”. Jesus aponta João Batista como sendo “mais que um profeta”, porque, em contraste com os Profetas, ele é o precursor da revelação final. Mas a grandeza de João não muda a verdade de que ele representa à antiga dispersão⁸².

“Mas agora o novo dia raiou, começou a nova era, porque Jesus está aqui. Ele traz na Nova Era o Reino de Deus. Por isso, sua Palavra não pode ser separada de Sua pessoa. Enquanto que para o Profeta o que importa é a “Palavra” dada a ele por Deus, mas a sua personalidade absolutamente não importa. Isto é o porquê Jesus fala com absoluta autoridade: “Eu vos digo”. Por isso, Ele não reivindica ser “inspirado”; pelo contrário, em Suas palavras Ele frequentemente aponta para Si mesmo como Aquele que anuncia o novo Dia, o dia que aponta para o Fim, o mundo celestial. Por isso Ele poderia dizer – como nenhum profeta jamais fez – “Eu vim...” Eis a razão porque Ele convoca os homens para confiar Nele⁸³”.

⁸² Juan Luis Segundo, falando sobre a obra profética de Jesus, mostra o contraste entre a mensagem de João Batista e a de Jesus. Segundo, usando as narrativas do documento “Q” e dos relatos de Lucas, diz que fica evidente que o grande contraste entre a mensagem do Batista e de Jesus está no fato de que enquanto João anuncia o *Juízo de Deus* eminente, por isso a necessidade da conversão para um fim próximo; já Jesus anuncia a *Chegada* do Reino de Deus, e a conclamação para a adesão necessária para a instauração deste Reino na realidade terrena (Cf. SEGUNDO, Juan L. *A História Perdida e Recuperada de Jesus de Nazaré*, pp. 142-167). Este contraste central mostra como João Batista tinha o seu ministério pautado nos moldes dos “grandes profetas clássicos”, e apesar dos relatos pós-pascais tentarem fazer do Batista um Precursor, Segundo explica: “Incontestavelmente, este anúncio de João Batista abalou grande parte da população da Palestina (cf. Mc 1,5). Depois de muito tempo, tornava-se a ouvir uma voz profética semelhante à que se ouviu tantas vezes no passado de Israel” (Cf. SEGUNDO, *A História Perdida e Recuperada de Jesus de Nazaré*, p. 145).

⁸³ “But now the new day has dawned, the new era has begun, because Jesus is here. He brings in the New Age, the Kingdom of God. Where Jesus is, “in the midst of you”, *there* is the Kingdom of God. Hence His Word cannot be severed from His Person; whereas for the Prophet all that matters at all. This is why Jesus speaks with such absolute authority: “I say unto you”; hence He does not claim to be “inspired”; on the contrary, in His words He often points to Himself as the One who ushers in the new Day, the day that point to the End, the heavenly world. Hence could say – as no

Sendo assim, o pensamento brunneriano deixa claro que é justamente esta relação entre a mensagem que Jesus anuncia e a Sua pessoa que o diferencia dos Profetas (chamados “servos de Deus”), que O faz reivindicar “uma designação” incomum, e que só cabe a Ele: o de ser Filho de Deus. Por isso, em contraste com os Profetas, a “Palavra” de Jesus tem um caráter de nova etapa da revelação, como também é revestida de uma autoridade final e completa. Eis como explica o próprio Brunner:

“Aqui a Palavra e a Pessoa são um: a Palavra não é mais o indicador de algo além, mas a “Palavra” realmente expressa a presença desse mundo além, pois esta é a categoria do “Emanuel” – o próprio Deus agindo e falando na ação e no discurso desta Pessoa singular: Jesus.⁸⁴”

Ele tem esta preocupação de mostrar que a mensagem de Jesus está intimamente ligada a sua pessoa. E no que diz respeito *aos ensinamentos* de Jesus mais especificamente, ele diz que é um erro considerá-los independentemente da Pessoa que os proferem. Pois este foi o erro da teologia “liberal” e das proposições de Harnack, ambos entenderam que apenas a mensagem religiosa de Jesus era singular, ele foi considerado apenas um grande mestre de doutrinas religiosas e uma alma virtuosa, semelhante a muitos outros sábios⁸⁵. Apesar da grande aceitação desta idéia, os exegetas do Novo Testamento do século XX (nomes como Albert Schweitzer e Kümmel) demoliram os fundamentos desta concepção. Pois mostraram que a mensagem de Jesus não apontava apenas para uma doutrina extraordinária e profunda, que era pregada por “poder e pureza”. Antes, os ensinamentos de Jesus inevitavelmente pressupõem a sua Vinda, a sua presença que se dá em um tempo determinado (*kairos*)⁸⁶. “Nenhum dito de Jesus

prophet could ever do – “I am come”... That is why He summons men to trust in Himself” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp. 275-276).

⁸⁴ “Here the Word and the Person are one: the Word is no longer a pointer to something beyond, but the “Word” expresses the presence of that world beyond, for this is the category of “Emanuel” – God Himself acting and speaking in the action and the speech of this Unique Person: Jesus” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp. 276).

⁸⁵ Tillich também mostra a incoerência tanto de Harnack, quanto da teologia liberal sobre o assunto (Cf. TILLICH, *Teologia Sistemática*, pp. 407-408).

⁸⁶ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp. 276-277.

está baseado – como no caso das “verdades eternas” – em si mesmo, mas toda declaração está relacionada com Ele, o Comunicador⁸⁷”.

Brunner mostra que a própria estrutura dos “ditos de Jesus” o incluem como um elemento fundamental da sua mensagem. É o que mostra a Parábola da Ovelha Perdida, a Parábola do Filho Pródigo e a Parábola dos Lavradores Maus, por exemplo. Nestes ditos de Jesus, Ele é um personagem fundamental, Ele é o personagem que é essencial para a compreensão das parábolas. E muitos destes ditos e palavras conferem a Jesus poderes que deixaram os fariseus perplexos – como o do poder de perdoar os pecados. São estas características dadas a Jesus que o diferenciam de todos os seus predecessores, pois com Ele algo jamais dito antes é anunciado ao povo: o Reino de Deus não apenas se aproximou, antes “o Reino de Deus se faz presente entre vós”. É esta autoridade messiânica que faz de Jesus um elemento fundamental⁸⁸ (a pedra angular), a sua mensagem é vinda de Deus e Lhe aponta como Aquele no qual Deus estabelece uma Nova Aliança com os seres humanos que crêem Nele⁸⁹.

Nosso teólogo de Zürich também explica que outro grande erro é considerar os ensinamentos de Jesus como algo preso somente a Ele. Como se Jesus fosse o “conteúdo” de sua mensagem e ensinamentos. Jesus é o ponto de referência, mas não o conteúdo de seus ensinamentos, caso contrário, suas palavras seriam pura “Cristologia”. A preocupação do pensamento brunneriano está no fato de que uma vez que a mensagem de Jesus diz respeito apenas a Ele, se torna impossível outro ser humano viver estes ensinamentos. Veja que este erro é oposto ao anteriormente delineado (separar a mensagem da Pessoa), e porque é sutil, também é mais perigoso. Diante disso, Brunner explica que o Sermão do Monte, por exemplo, não se refere a Jesus, mas àqueles que já se abriram a esta “nova era” que Ele traz, trata-se do que eles devem fazer como pessoas que O têm recebido como Senhor.

⁸⁷ “No saying of Jesus is based – as in the case of “eternal truths” – in itself, but every statement is related to Him, the Speaker” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 277).

⁸⁸ O teólogo espanhol Andrés Torres Queiruga ao explicar como as Escrituras receberam a designação de Palavra de Deus e se referindo especificamente ao Novo Testamento vai fazer que a compreensão que passou a reinar entre os discípulos de Jesus era de que Ele não era apenas portador, mas era a própria Palavra de Deus encarnada. Eis como diz o próprio Queiruga: “Sem dúvida a aparição de *Jesus* supôs um acontecimento de tal magnitude, que sua presença viva constituiu-se para a experiência original na figura real e palpável da revelação de Deus. A palavra aparecia sustentada e transcendida pela encarnação. Ele foi mestre e revelador com a doutrina, mas também com as obras e com a vida inteira” (Cf. QUEIRUGA, Andrés T. *A Revelação de Deus na Realização Humana*. São Paulo: Paulus, 1995, pp. 19-44).

⁸⁹ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 277

Trata-se de exigências que podem já serem cumpridas por aqueles que vivem no Amor de Deus, que se tornou realidade pela presença de Jesus Cristo.

Mais uma vez se encontra implícita a referência à restauração da Imagem de Deus no ser humano - aquele aspecto material da *Imago* que é alvo do presente capítulo da nossa pesquisa. Pois apenas Jesus Cristo devolve ao ser humano a capacidade de viver no Amor de Deus com responsabilidade, estar em Cristo é viver a restauração que só vem Dele⁹⁰. Voltando agora a questão do conteúdo do ensino de Jesus, fica evidente que Brunner pressupõe a compreensão da restauração da *Imago Dei* na vida dos que são chamados à prática da justiça de Deus. Eis as palavras do próprio Brunner:

“Qual é este elemento distintivo no ensino de Jesus? Ele tem um conteúdo. E embora nunca devemos nos esquecer que Aquele que fala é a fonte do ensino, mas seu “conteúdo” não pode ser meramente rotulado de “Cristologia”. Jesus ensina duas coisas – ambas só podem ser corretamente entendidas com referência a Si mesmo: a nova exigência por justiça, a qual é requerida daqueles que pertencem à nova era, e é a condição sobre a qual eles estão aptos para compartilhar Sua vida; e perdão e a vinda da nova era em Sua plenitude como o dom de Deus⁹¹”.

Brunner aprofunda mais sobre a capacidade que em Cristo Jesus é dada a todos que receberam o perdão de Deus. Pois estes que agora possuem o dom dado por Jesus Cristo, podem cumprir em suas vidas o grande mandamento: viver-no-amor-de-Deus. Seguir a lei do amor tornou-se possível, mas “só é possível onde o coração está cheio de Deus, onde o homem já está vivendo na nova existência, no Reino de Deus que “chegou” em Jesus⁹²”. A partir daí o pensamento brunneriano também ressalta que esta convocação para uma existência segundo o Reino de Deus, viver no Amor, não é mera exigência ética e subjetiva das doutrinas de Jesus (algo metafísico). Mas trata-se de uma realidade que é historicamente instalada com a presença de Jesus entre os homens. Deus começa o seu governo e mostra o real sentido da vida, eis a instalação do Reino de Deus. É a vontade de

⁹⁰ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 76.

⁹¹ “What is this distinctive element in the teaching of Jesus? It *has* a content; and although we must never forget that the One who speaks is the Source of the teaching, yet His “content” cannot merely be labeled “Christology”. Jesus teaches two things – both can only be rightly understood in reference to Himself: the new demand for righteousness, which is required of those who belong to the new age, and is the condition upon which they are able to share in His life; and forgiveness and the coming of the new age in its fullness as the gift of God” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 278).

⁹² “...it is only possible where the heart is filled with God, where man is already living in the new existence, in the Kingdom of God which has “come” in Jesus” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 278).

Deus que se torna manifesta e pode ser obedecida porque Jesus “implanta” o Reino “no meio” dos seres humanos. Brunner diz que isto é a ‘única coisa’ que importa: O governo de Deus, pois os propósitos anunciados pelos Profetas, são cumpridos em Jesus Cristo.

Mas é importante ressaltar que a teologia brunneriana considera como fundamental a postura do ser humano frente a esta soberania de Deus que é trazida por Jesus Cristo. Pois o ser humano precisa se reconhecer necessitado da graça de Deus e assim ser perdoado, Brunner diz que o perdão que Jesus oferece está ligado à graça e a tarefa. Daí constata-se novamente a importância da consciência de que a obra de Jesus atua de maneira integral na vida humana, pois tem a ver com a pessoa. Viver a restauração que Jesus proporciona é investir toda a vida na relação com uma Pessoa que é reconhecida, e crida, como o propósito de Deus para a sua criação. O Reino de Deus é constituído de pessoas que tem uma “relação” responsável com Aquele que torna possível novamente o companheirismo de Deus com os seres humanos⁹³. Aqui aparece mais uma vez a consideração implícita da questão da Imagem de Deus. Pois vê-se que o que está em questão é o ser humano que tem a Imagem de Deus em seu aspecto formal (liberdade, consciência de pecado, etc.), mas que precisa que Cristo lhe restaure aquele aspecto material da *Imago* para que ele possa viver no amor de Deus, e assim fazer o que é bom e agradável a Deus.

Sendo assim, como profeta Jesus traz a mais alta revelação de Deus para os seres humanos, pois Sua vida e ações demonstraram que Deus se faz presente na realidade humana, Ele é o “Emanuel”. Na Cruz e na Ressurreição Jesus desce ao mais profundo da realidade humana, e assim revela a verdadeira humanidade do ser humano. Como explica o próprio Brunner acerca da atuação profética de Jesus:

“No ponto onde Jesus completa a sua vida Ele revela estas três coisas: a realidade de Deus como santo e misericordioso, a realidade do homem como pecador, e a genuína realidade do homem em Deus. Assim a obra reveladora de Jesus Cristo culmina em Sua obra Sacerdotal de reconciliação⁹⁴”.

⁹³ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp. 278-280.

⁹⁴ “At the point where Jesus completes His life He reveals these three things: the Reality of God as Holy and Merciful, the reality of man as sinner, and the genuine reality of man in God. Thus the revealing work of Jesus culminates in His priestly work of reconciliation” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 280-281).

4.3.2. A obra sacerdotal de Jesus Cristo

Neste momento nós mostraremos como Brunner entende o valor salvífico da vida e morte de Jesus Cristo no ser humano em estado de pecado e rebeldia contra Deus. Pois a teologia brunneriana ao falar sobre a obra sacerdotal de Cristo retoma a questão da *Imago* dizendo que esta obra salvadora de Jesus é a restauração da posição originária do homem diante de Deus. Eis as palavras do próprio Brunner explicando esta restauração realizada por Cristo na vida humana:

“Neste ato de “fazer a paz” o homem é restaurado à sua posição original do fim da criação, visto que ele é colocado mais uma vez em atitude original para com Deus, que constitui sua verdadeira natureza. A expiação é também a *restitutio imaginis*. Visto que o homem vê a si mesmo julgado e justificado na Cruz de Jesus Cristo, ele está ao mesmo tempo nascendo de novo e é santificado. Ele se torna o que Deus pretende que seja. O verdadeiro homem é alguém, que, através de Jesus Cristo, vive no amor de Deus⁹⁵”.

Sendo assim, já identificamos que quando o pensamento brunneriano formula a sua doutrina da obra sacerdotal de Cristo, ele também traz em seu bojo a consideração implícita (e até certo ponto explícita, como foi mostrado acima) de que está retomando novamente o tema da Imagem de Deus, e especialmente aquele aspecto material dela, que tem a ver com a restauração do companheirismo entre Deus e os seres humanos realizada por Jesus Cristo. Cabe agora à nossa pesquisa expor como se dá, no entendimento de Brunner, esta restauração da Imagem de Deus no ser humano pecador à luz desta obra sacerdotal de Cristo. E é isto que perseguiremos de agora em diante.

Logo de início é importante pontuarmos que Brunner tem uma compreensão da obra sacerdotal de Cristo que inclui toda a sua vida, e não apenas o momento de sua morte. “A totalidade da vida de Jesus, incluindo o seu ensino, é o Deus misericordioso estendendo suas mãos para sua criação rebelde, perdida⁹⁶”.

⁹⁵ “In this act of “making peace” man is restored to his original position in the purpose of the creation, since he is placed once more in his original attitude to God, which constitutes his true nature. The Atonement is also the *restitutio imaginis*. Since man sees himself judged and justified at the Cross of Jesus Christ, he is at the same time born again and sanctified. He becomes what God intends him to be. The true man is one, who, through Jesus Christ, lives in the love of God” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 296).

⁹⁶ “The whole life of Jesus, including His teaching, is the Merciful God stretching out His hands to His rebellious, lost creation” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 281).

Tomando como base a história do “Lava Pés”, Brunner explica que ao relatar este gesto de Jesus, João queria mostrar que a vida e a morte de Cristo eram uma só coisa. A totalidade da vida e atividade de Jesus é Deus se inclinando para o ser humano a fim de salvá-lo. O “Lava Pés” também mostra que Ele cumpriu a Lei, pois viveu o *ágape* que é amor generoso, que serve, que O leva a se inclinar para suprir uma necessidade objetiva. E o fato deste evento estar localizado nas vésperas da Paixão mostra como é um erro desconectar a vida de Jesus com o seu fim trágico na Cruz⁹⁷.

O teólogo de Zürich acentua esta importância de considerar a vida de Jesus como um todo ao criticar a postura assumida pela ortodoxia protestante que formulou a idéia de que apenas a *oboedientia passiva Christi* tem valor salvífico e que a *oboedientia activa* não tem nada a ver com a salvação. A necessidade da ênfase na pregação de um Deus que morre pela humanidade em uma cruz, não pode desmerecer a história da vida de Jesus. Ele também explica que a igreja antiga acertou ao considerar profundamente importante a unidade entre o que Jesus fez durante sua vida histórica e a sua morte de cruz⁹⁸, entendendo ambas as coisas como elementos que formam uma só salvação (os Evangelhos mostram isso). Para o pensamento brunneriano a Cruz na verdade é o estágio mais alto da entrega de Deus pelo ser humano na pessoa de Jesus, mas a cruz nunca pode estar dissociada de toda a vida de Jesus⁹⁹.

O presente teólogo, analisado pela nossa pesquisa, entende que desde o início a Igreja Cristã teve a preocupação de refletir sobre o sentido da morte de Cristo na cruz, e obter uma visão positiva deste evento que ao mesmo tempo era tão terrível. A experiência com o Cristo ressuscitado produziu como que uma chave hermenêutica pela qual os discípulos puderam ver a morte de Jesus com um valor salvífico. Esta interpretação tinha sua base nas Escrituras, e principalmente na leitura de Is 53. Brunner, no entanto, explica que é impossível construir uma doutrina fechada sobre os pormenores da morte de Jesus na cruz. Isto porque ao

⁹⁷ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 281-283.

⁹⁸ Schillebeeckx também compreende a importância de se considerar a integralidade da vida de Jesus como um evento salvador, e quanto é perigoso o isolamento do valor da cruz: “A morte de Jesus não se deve separar de todo o contexto do seu caminho de vida, de sua mensagem e do seu modo de viver; do contrário, o significado redentor da morte de Jesus vira um mito, e muitas vezes até mito sádico e cruel. Quando se abstrai da pregação e prática de Jesus, que o levaram à morte, obscurece-se o conteúdo cristão do sentido salvífico de sua morte” (Cf. SCHILLEBEECKX, *História Humana: Revelação de Deus*, p. 160).

⁹⁹ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 282-283.

longo de sua história a Igreja foi formulando interpretações paralelas sobre o sentido da morte de cruz pela qual Cristo sofreu. Eis as cinco principais formulações que se solidificaram no “pensamento da Igreja”: o entendimento sacrificial judaico, antes da destruição do Templo; o Servo Sofredor de Isaías, que alude a uma morte de valor penal; a idéia de pagamento de um “título de dívida” que havia contra o pecador; Redenção, como libertação sobre os poderes das trevas; e finalmente a compreensão da morte de Jesus na cruz como o verdadeiro sacrifício do Cordeiro Pascal que serve como uma Nova Aliança¹⁰⁰.

Segundo o pensamento brunneriano todas estas concepções sobre a morte de Jesus na cruz, apesar de diferentes entre si, contém princípios afinados com a Bíblia. Por isso, estas cinco visões do tipo de morte de Jesus estão indelevelmente arraigadas no pensamento cristão e é quase impossível distingui-las umas das outras. Aqui vale a pena expor diretamente as palavras de Brunner:

“Primeiramente, porém, devemos notar que todas estas concepções tentam expressar uma verdade. São todas idéias *a posteriori*. Delas alguém pretende esclarecer, à luz da fé, o fato histórico da Cruz de Jesus Cristo, que à primeira vista pareceu ser algo completamente irracional e obscuro. Em seus diferentes modos todas elas querem dizer duas coisas: por causa do pecado, a situação do homem em relação a Deus é perigosa, sinistra e desastrosa. Mas o homem não pode alterar esta situação. Só Deus pode fazer isto; e Ele fez isto em Jesus Cristo, através de sua morte na cruz. Há um tipo de conexão inevitável entre este Evento, e esta situação humana perigosa e desastrosa, um senso de que “isto tinha que acontecer”¹⁰¹.”

Ele explica que a leitura *a posteriori* daquele evento terrível só poderia ter uma explicação: Jesus deveria morrer na cruz para que o ser humano fosse reconciliado com Deus. A morte na Cruz deve fazer parte de toda a história de Jesus, por isso tem valor salvífico. É importante observar que a teologia brunneriana enquadra a morte de Jesus na cruz como um evento que faz parte da “História da Salvação”, portanto é um acontecimento que está ligado com a história de forma geral. Daí dizer Brunner que as cinco idéias sobre a morte de Cristo ser a busca *a posteriori* do entendimento de um fato que passou a ser visto

¹⁰⁰ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp. 283-285.

¹⁰¹ “First of all, however, we must note that all these conceptions are trying to express one truth. They are all *a posteriori* ideas; their one aim is to clarify, in the light of faith, the historical fact of the Cross of Jesus Christ, which at first sight seemed to be something completely irrational and obscure. In their different ways they all want to say two things: owing to Sin, man’s situation in relation to God is dangerous, sinister, and disastrous. But man cannot alter this situation. God alone can do this; and He has done it in Jesus Christ, through His death on the Cross. There is a kind of inevitable connection between this Event, and that dangerous disastrous human situation, a sense that “this *had* to happen” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp. 286).

como algo que deveria acontecer. A idéia de um “deve” acontecer passou a nortear a visão dos primeiros cristãos ¹⁰².

Ele compreende que esse “deve” está ligado não exclusivamente a questão da Cruz, mas ao fato de que Deus precisa agir na realidade humana para que o ser humano possa sair de seu estado de perdição – ele usa a idéia paulina da escravidão da Lei como exemplos de estado de perdição da qual o pecador precisa ser livre ¹⁰³. Aqui fica evidente a militância do pensamento brunneriano contra a idéia liberal de um sentimento de “culpa subjetivo”, sentimento que seria uma criação humana apenas e que não existiria realmente. Pois para Brunner o ser humano está sob uma condição de perdição realmente, e somente uma atuação transformadora de Deus pode solucionar a situação do pecador. Neste ponto, a teologia brunneriana mais uma vez considera a necessidade de uma restauração do companheirismo entre Deus e o ser humano que somente pode ser realizada por atuação divina, isto é, por Jesus o Cristo. Isto tem relação direta com a questão da restauração da Imagem de Deus no pecador, eis como diz Brunner:

“A separação só pode ser removida por Deus, e deve ser removida, se ali deve haver uma restauração de um companheirismo entre o homem e Deus. Mas isso só pode acontecer se Deus realmente remover aquilo que constitui a separação. Esta remoção deve ser tanto um ato real quanto o é a realidade da culpa. Um ato de restauração deve acontecer, se deve ser uma restauração real, e isso deve ser atuação de Deus ¹⁰⁴”.

¹⁰² Sobre isto, é importante dizer que Brunner se posiciona tenazmente contra a “teoria da satisfação de Anselmo”. Isto porque Anselmo usa uma categoria *a priori* para Entender a morte de Jesus na Cruz. Desta forma a Cruz torna-se algo objetivo e por demais racional, elementos que nada tem a ver com a visão do Novo Testamento. Eis como explica o próprio Brunner: “A despeito do fato de que a teoria de Anselmo não foi só adotada pela Igreja Católica, mas também pela teologia Reformada, e pelo Protestantismo ortodoxo, e a despeito do fato de que ela contém importantes elementos de verdade, não está de acordo com o ensino do Novo Testamento. É verdade que ela preserva a principal concernência dos diferentes modos nos quais os escritos do Novo Testamento apresentam esta verdade, e na qual eles dão suas interpretações do evento da cruz: o problema é este “dever”; mas no pensamento de Anselmo este “dever” não é, como no Novo Testamento, *a posteriori* e portanto condicionado, mas *a priori*, e portanto necessidade incondicionada. Anselmo não diz: “podemos entender o evento neste sentido”, mas: “Deus não poderia fazer diferente”. Então há uma diferença a mais: a teoria de Anselmo da “satisfação” pretende ser uma expressão adequada, completamente suficiente, que não precisa ser acrescentada por quaisquer outras idéias – nem mesmo concede a elas – enquanto que para os escritos do Novo Testamento a variedade de conceitos e expressões apontam para o fato de que nenhuma dessas expressões em si mesmas são consideradas como suficientes, mas que todas, como expressões figurativas, são intencionadas indicar para um fato que por sua natureza jamais pode ser plenamente entendida” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp. 289-290).

¹⁰³ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp. 291; 292-293.

¹⁰⁴ “The separation can only be removed by God, and it must be removed, if there is to be a restoration of fellowship between man and God. But this can only happen if God actually removes that which constitutes the separation. This removal must be as real an act as the reality of guilt. An act of restoration must take place, if there is to be a real restoration, and this must be God’s doing” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 291).

Com isso, ele concorda com a idéia da existência de algo que realmente separa o ser humano de Deus, por isso é necessário a restauração. Esta teologia “intervencionista” de Brunner, no entanto, deve ser vista como uma visão intervencionista em conexão com a realidade histórica da vida de Jesus. Pois o ser humano tem a sua relação com Deus restaurada por uma atuação divina, mas trata-se daquele evento reconhecido como sendo a encarnação do Filho de Deus para a salvação do pecador. Sendo assim, a obra que Jesus efetua tem a ver com o perdão de Deus realizado no seu Filho Amado. Que na morte de Jesus encontra-se o clímax da “concretização” deste perdão divino, apenas depois dos acontecimentos (*a posteriori*) a comunidade cristã foi percebendo.

“O ensino de Jesus está sempre relacionado à sua autoridade Messiânica e à ação de Deus Nele, mas a relação com Sua vida e morte ainda falta a plena clareza que só poderia ser percebida após sua vida na terra tenha sido encerrada pela morte. Todo estágio posterior da revelação apresenta ainda mais claramente a verdade essencial, a saber, que o evento no qual o perdão acontece não pode ser tomado por garantido, como algo completamente natural, mas que é algo despercebido, inacreditável, isto é, este evento histórico traz as marcas de uma intervenção transcendente divina¹⁰⁵”.

A mensagem da cruz é primeiramente a revelação do amor incompreensivo e incondicional de Deus. Aqui Brunner trabalha com a idéia do *ágape*, amor que não depende das ações legalistas dos seres humanos. Mas o grande questionamento é: se o amor de Deus é incondicional, porque teve que existir a Cruz?

A resposta de nosso teólogo a este questionamento está no que a própria Cruz representa: a atitude de um Deus que se “despe” da sua glória para se encontrar com o ser humano em uma condição de fragilidade e morte¹⁰⁶. Por isso

¹⁰⁵ “The teaching of Jesus is always related to His Messianic authority and to God’s action in Him, but its relation to His life and death still lacks the full clarity which could only be perceived after His life on earth had been closed by death. Every later stage of revelation brings out still more clearly truth, namely, that the event in which forgiveness takes place cannot be taken for granted, as something unheard of, incredible, that is, the historical event bears the marks of a transcendent divine intervention” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 294).

¹⁰⁶ Aqui é importante citar a contribuição de Ronald Blank comentando o fato de que em Jesus Cristo, a auto-revelação de Deus chega a sua plenitude. Ele chama a atenção para o fato de que em Jesus é apresentado uma visão de Deus que frustra aqueles que estavam presos a uma compreensão triunfalista e simplista da revelação de Deus. Pois em Jesus o “Evangelho” mostra um Deus que entra nos caminhos tortuosos da história para se encontrar com o ser humano. Esta atitude deve inevitavelmente ser vista como um Deus que leva a sério o amor pelo ser humano, ao ponto de se submeter ao condicionamento histórico, demonstrando assim a profundidade de seu amor (Cf. BLANK, *Deus na História*, pp. 37-41). Como explica o próprio Blank: “Em Jesus, Deus obrigou

a Cruz tem um valor salvífico, pois ali o Deus Criador manifesta a mais alta declaração de seu amor no fato de ter morrido no lugar do pecador, morrido pelo pecador. Mas é preciso assumir que o pensamento brunneriano realmente assume este evento da cruz como sendo uma manifestação da justiça de Deus em relação aos pecados humanos. Mas a diferença entre esta morte expiatória, que Brunner entende ser verdadeira, e a teoria da “satisfação” de Anselmo está no fato de que Brunner formula a idéia de uma morte “substitutiva” não como algo apenas objetivo, que deveria acontecer a todo custo (*a priori*), mas como um acontecimento objetivo e subjetivo ao mesmo tempo: a “prova da justiça” de Deus só é efetiva onde o ser humano por meio da fé se identifica com o Cristo Crucificado, e recebe de Deus a compreensão que realmente deveria ter morrido como um criminoso, e que Cristo está sofrendo em seu lugar, e suportando a penalidade que ele merecia¹⁰⁷.

Brunner diz que não há relevância no questionamento se tudo poderia ser diferente, se Deus poderia ter usado outro meio do que a Cruz. Mas ele esclarece que não está querendo dizer que a cruz de Cristo deva ter uma compreensão *a priori* (como Anselmo a entendeu), algo que deveria acontecer a todo custo. Isto seria uma forma de colocar em padrões lógicos e racionais o evento da Cruz. O evento da cruz jamais pode ser entendido de modo racional, só pode ser crido. “Não é um fato objetivo “em si”, mas é um fato que inclui a fé. Relembrando, o fiel sabe que não havia outro caminho para ele, a fim de alcançar a renovação do companheirismo com Deus¹⁰⁸”.

“Sobre a base do fato da Cruz, e apenas assim, nós podemos falar que a ira de Deus não é uma realidade objetiva, mas “objetiva-subjetiva”, uma realidade de “encontro”, uma realidade para tudo que não está no campo da fé¹⁰⁹”. Com este raciocínio Brunner quer mostrar que a ira nunca é a natureza de Deus, mas é algo que está entre o ser humano pecador e Deus. Porque o ser humano não acredita no

os seus seguidores a repensar a imagem que estes lhe tinham feito. Isso porque, em Jesus, Deus se revelou de maneira específica, como Deus kenótico, como Deus que auto-esvazia, que se aniquila para os outros” (Cf. BLANK, *Deus na História*, p. 38).

¹⁰⁷ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp. 295-296.

¹⁰⁸ “It is not an objective fact “in itself”, but it is a fact which includes faith. Looking back, the believer knows that there was no other way for him, in order to attain the renewal of fellowship with God” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 296).

¹⁰⁹ “On the basis of the fact of the Cross, and only thus, we may say that the wrath of God is not an objective reality, but “subjective-objective”, a reality of “encounter”, a reality for everyone who is not in the realm of faith” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, pp. 296-297).

Amor de Deus, por esta razão, realmente existe algo entre o pecador e o eterno Amor de Deus, e só pode ser removido pelo evento real da morte de Cristo na Cruz, e pela fé Nele. O pensamento brunneriano aponta este “algo entre” Deus e o ser humano como sendo semelhante à culpa e a maldição da lei, por isso Deus parece irado. “O pecado cria uma realidade, a qual se encontra entre o amor de Deus e o homem, e o homem não pode remover este obstáculo real. Só Deus pode fazer isto. Esta remoção da realidade da ira é a Expição¹¹⁰”. O que o pensamento brunneriano está tratando aqui tem relação com aquela condição de pecado que o ser humano vive, estado de rebelião e inimizade contra o Amor de Deus – que já tratamos no capítulo passado¹¹¹.

Sendo assim, a Expição é uma ação reveladora que traz à luz tanto o Amor como a justiça de Deus, e ao ser humano é mostrado a sua real situação. Por isso a Cruz tem um valor tão significativo, pois ali vê-se o ponto mais alto do amor de Deus pelo ser humano, ao ponto de fazer-Se criminoso para vir ao encontro do pecador. A Crucificação é o clímax da vida de Jesus Cristo. Brunner reconhece que este é o grande diferencial da fé cristã em relação às outras religiões – um Deus que “desce de sua glória” até um ponto mais baixo da dignidade humana, por amor a sua criatura¹¹². Como conclui o próprio Brunner:

“É também algo que nenhum criticismo histórico foi apto a afetar. “Crucificado sob o poder de Pôncio Pilatos” aponta para o fato de que desde o início a Igreja Cristã tinha consciência de que a sua mais sagrada possessão está contida neste período da história humana – e mundial – com toda a sua vergonha. Esta história é de fato: o Evangelho¹¹³”.

¹¹⁰ “Sin creates a reality, which lies between the love of God and man, and man cannot remove this real obstacle; God alone do this. This removal of the reality of wrath is the Atonement” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics* (vol. II), p. 297).

¹¹¹ BRUNNER, *Dogmatics* (vol. II), pp. 89-132.

¹¹² Moltmann ao tratar da auto-limitação de Deus ao criar o ser humano como sua imagem e semelhança, e assim Deus se permite criar um ser diferente dele (oposto), também trata do evento da cruz como auto-humilhação de Deus em prol do pecador. Eis as palavras de Moltmann: “Se esse é o sentido da encarnação do Filho como tal, então a auto-humilhação de Deus completa-se na paixão e morte de Jesus, o Filho. Também aqui pode ser reconhecer um sentido mais íntimo: Deus não apenas assume a finitude humana, mas também a condição de seu pecado e do seu abandono por Deus. Ele não apenas ingressa nesta situação, mas assume-a e faz dela uma parte do seu próprio e eterno amor. A “kenosis” realiza-se na cruz” (MOLTMANN, Jürgen. *Trindade e Reino de Deus: Uma contribuição para a Teologia*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 129).

¹¹³ “It is also one that no historical skepticism has been able to affect. “Crucified under Pontius Pilate” points to the fact that from the very beginning the Christian Church was conscious that its most sacred possession is contained in this period of human-and world-history, with all its shame. This history is in very deed: the Gospel” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics* (vol. II), p. 297).

Agora é possível entender como esta profunda obra de amor que Deus realizou em Jesus muda o interior do ser humano rebelde contra Deus. Pois através de sua descida até ao encontro do pecador, Deus ao mesmo tempo estabelece um Governo divino, mas constituído de homens, que tem a sua base no amor, e no serviço voluntário. E justamente este assunto do Reino de Deus que nós trataremos no próximo tópico.

4.3.3. A obra real de Jesus Cristo

Brunner desenvolve o tema da realeza de Jesus Cristo dizendo que este assunto não é comumente tratado na sua plenitude pela “Teologia Cristã”, e ele identifica isto como um disparate, visto que a mensagem de Jesus é: “Chegou a vós o Reino de Deus”. No entanto, este tema é muito importante para o desenvolvimento da nossa presente pesquisa.

O autor por nós ora analisado compreende que o que distingue tanto a religião do Antigo Testamento, como a pregação do Novo Testamento – tradição de Jesus – das outras religiões é justamente o contraste entre o mundo atual e o desejo de Deus de construir uma nova realidade de convívio humano. Esta nova era que Deus quer estabelecer está ligada a constituição de um povo realmente obediente a Ele, Deus deseja estabelecer o Seu Governo no mundo. É precisamente esta a outra obra que Jesus veio realizar: concretizar o alvo final de toda a história: formar um povo que realmente pratica a vontade de Deus concretizando o estabelecimento do Reino de Deus na realidade humana. Daí ser fundamental este assunto para noos pesquisa, visto que Brunner alicerça o estabelecimento do Reino de Deus sobre a questão da restauração do companheirismo entre Deus e os seres humanos. Eis como diz o próprio Brunner: “Certamente, como em toda religião, “salvação” é importante, mas esta “salvação” consiste em unidade da vontade com, e comunhão pessoal entre, Deus e o homem¹¹⁴”.

¹¹⁴ “Certainly, as in every religion, “salvation” is important, but this “salvation” sits in unity of will with, and personal communion between, God and man” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 298).

Sendo assim, esta idéia da obra real de Jesus Cristo tem a ver com a idéia que norteia este presente capítulo: em Jesus Cristo o ser humano tem a imagem de Deus restaurada em sua existência. Pois a relação existe na medida em que a instalação do Reino de Deus está ligada com a idéia da submissão voluntária e verdadeira pela fé em Jesus Cristo que leva a realização da vontade de Deus. Isto só é possível àqueles que passaram pela *restauratio imaginis*, que a experiência de fé em Jesus Cristo ocasiona¹¹⁵. É importante ressaltar que aqui está se referindo aquele aspecto material da Imagem de Deus. Ditas estas coisas, iremos agora dar sequência a idéia brunneriana do ofício real de Cristo, pontuando sempre aquilo que tem a acrescenta neste tema da restauração da Imagem de Deus no ser humano.

Brunner explica que a grande diferença de Jesus em relação aos profetas está no fato de que enquanto a palavra profética sempre exigia a vivência do Governo de Deus, na pessoa de Cristo Jesus o próprio Reino de Deus se fazia presente. Ele mesmo inaugurou uma nova era da soberania de Deus. Pois a própria autoridade de Sua presença, e vida, revela que algo diferente está acontecendo, eis a instalação do Reino de Deus. Mas é importante ressaltar que este governo tem a sua característica por ser um domínio diferente dos reinos humanos, pois estes são em sua essência déspota, enquanto o Reino que Jesus estabelece não se caracteriza por uma demanda por obediência, mas um dom.

“O reino divino que Jesus inaugura, é libertação, restauração, presença perdoadora de Deus, que gera comunhão. Aqui está Aquele em quem, porque Ele é Santo Amor encarnado, podemos confiar completamente, e que podemos amar em retorno sem nos perder. Por isso a idéia do Governo ou Reino de Deus aqui alcança um novo sentido¹¹⁶”.

Por isso a teologia brunneriana entende que este governo tem um valor interior. É um tipo de soberania que conquista o coração, pois releva ao pecador o dom gratuito de Deus que lhe perdoa os pecados. Jesus é um novo tipo de Rei, que exerce seu poder real através do perdão dos pecados, e pela recriação do coração humano anteriormente rebelde, tornando-o um coração cheio de vontade para servir. Aqui, Brunner entende que este dom que transforma o ser humano rebelde

¹¹⁵ BRUNNER, *Dogmatics* (vol. II), p. 58.

¹¹⁶ “The divine Kingdom which Jesus inaugurates, is God’s liberating, restoring, forgiving presence, which creates communion. Here is One whom, because His Holy Love incarnate, we can trust utterly, and whom we can love in return without losing ourselves. Hence the idea of the Rule or the Kingdom of God here gains a new meaning” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics* (vol. II), p.299).

em um ser humano obediente à vontade de Deus é consequência da obra vicária de Jesus na Cruz, e a adesão a este dom por meio da fé que o pecador deposita neste evento. Na Cruz são vencidos tantos os poderes hostis do mal, como também é abatido o “eu” rebelde do ser humano em estado de pecado. “Através da palavra da cruz recebida pela fé, o novo homem, aquele que serve a Deus, é criado, aquele que não mais vive em si mesmo e para si mesmo, mas que vive em e para o amor de Deus¹¹⁷”. Este é o verdadeiro Governo de Deus, pois é regido pela livre obediência daqueles que viveram uma experiência profunda de amor com Aquele que desceu em mais profunda humilhação a fim de libertar os cativos do “Reino do Mal”, e transportá-los para o Reino de seu amor.

As considerações levantadas acima trazem outra questão que para Brunner é importante: Jesus é Senhor daqueles que “dobram os seus joelhos” livremente diante de seu senhorio. Não que esteja fora de questão a soberania universal de Cristo. Mas o que é realmente importante para o pensamento brunneriano é este “governo real”, que só pode ser constituído por corações que estão conscientes do dom de Deus, e por isso são movidos pela fé e amor que agora habitam em seus corações¹¹⁸.

Sendo assim, para a teologia brunneriana só pode se falar em Reino de Deus onde há “joelhos dobrados” livremente em obediência ao Senhor. Aqui, Brunner faz uma consideração eclesiológica, pois diz que o verdadeiro governo de Deus encontra-se na Igreja. Na Igreja estão aqueles que passaram pelo processo da experiência do amor de Deus e receberam a Palavra e o Espírito Santo, que são os meios pelos quais Deus realmente exerce o seu Governo sobre os seres humanos que Nele depositam a fé¹¹⁹. Nisto, diferem-se completamente os “reinos” seculares e a forma que Jesus exerce o seu Governo, visto que a Igreja é formada por pessoas que realmente submete o seu coração na obediência a Jesus e no “seguimento de sua mensagem e estilo de vida¹²⁰”, enquanto os outros

¹¹⁷ “Through the word of the Cross received in faith, the new man, the who serves God, is created, who no longer lives on himself and for himself, but on for the love of God” (Cf. BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 300).

¹¹⁸ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 300-303.

¹¹⁹ O teólogo presbiteriano Louis Berkhof assim expõe a visão protestante de Igreja: “Tanto para Lutero como para Calvino, a Igreja era simplesmente a comunidade dos santos, isto é, a comunidade dos que crêem e são santificados em Cristo, e que estão ligados a Ele, sendo Ele a sua Cabeça” (Cf. BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2001, p. 518).

¹²⁰ BOFF, Leonardo. *Eclesiogênese: A Reinvenção da Igreja*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p.92.

governantes precisam da violência para estabelecer seus governos. Mas Brunner lembra que mesmo na Igreja o domínio de Deus, o Reino de Deus, não está ainda completamente estabelecido, visto que o ser humano continua - apesar de restaurado pelo amor de Deus - sendo frágil e constantemente deixa-se levar pelos valores do mundo. Este conflito não pode ser negligenciado, pois a vitória final de Cristo, e conseqüentemente a transformação completa do ser humano à Imagem Daquele que o criou, é a esperança na qual a fé da Igreja está alicerçada¹²¹.

4.4.

O ser humano restaurado por Jesus Cristo

Este tópico servirá como que uma conclusão deste presente capítulo. Pois de tudo que foi tratado já nos é possível formar uma síntese do que é a Imagem de Deus no evento Jesus Cristo na vida do ser humano.

Primeiramente é preciso considerar que a restauração pela qual o ser humano passa, da qual nos fala o Novo Testamento, trata de um evento que tem o seu entendimento pautado na compreensão teológica. A teologia cristã reconhece que a pessoa histórica: Jesus de Nazaré é uma figura ímpar na história do cosmo, e mais precisamente na história humana. Pois a teologia aponta Jesus como sendo a manifestação humana de um Deus que é o único criador dos céus e da terra, e esta manifestação se caracteriza como manifestação salvífica e amorosa (vem à luz a revelação de um Deus criador-salvador), daí dizer que Jesus é o Cristo, Jesus de Nazaré, vira Jesus Cristo o Salvador.

O teólogo cristão Emil Brunner alicerça a construção de seu pensamento sobre as bases dos pressupostos acima descritos, foi o que pôde ser visto na consideração histórica por ele feita ao se referir à pessoa de Jesus Cristo. Para ele é fundamental assimilar a salvação de Jesus Cristo em conexão com a questão histórica. A teologia brunneriana vê a salvação cristã como um evento específico que tem parte na história geral. O Deus de Jesus Cristo revela-se em Sua Palavra como tendo relação com toda a humanidade, seu propósito abrange um fim salvador para toda obra da criação. Deus é o criador de todos os seres humanos, e a narrativa bíblica também O apresenta como o Deus Salvador. Por isso, tanto no

¹²¹ BRUNNER, *Dogmatics (vol. II)*, p. 303-305.

Antigo como no Novo Testamento Deus manifesta-se convidando o ser humano para uma Aliança.

A Aliança representa o desejo de Deus em formar comunidade. Deus sempre quis estabelecer uma relação com o ser humano. Tanto no Antigo como no Novo Testamento Ele se revela como quem busca uma “contraparte”, busca alguém que lhe possa responder verdadeiramente, que seja “oposto” a Ele (relação “Eu” e “Tu”). É isto que mostra a eleição de Israel, com quem Deus firma uma Aliança. Mas em Jesus Cristo é revelado o clímax do desejo divino por formar comunidade com o ser humano, pois em Seu Filho Ele desce na mais profunda realidade humana, se faz um ser humano, se enquadra nos condicionamentos históricos, vive intensamente e morre em uma cruz, a fim de mostrar a seriedade de Seu Amor.

Esta Nova Aliança realizada pela completa entrega de Jesus Cristo é idêntica a um dom. Pois em Jesus Cristo o Reino de Deus, o desejo de Deus em formar comunidade, se concretiza. A história mundial passa a conter também uma “História da Salvação”, compreensão teológica de um Deus que adentra na história, mesmo sendo o Senhor da história, Ele se submete à história, para recolocar o ser humano (que se encontrava em estado de pecado-perdição) no seu devido lugar: estar no-Amor-de-Deus. Esta salvação é semelhante a uma entrega que realmente foi vivida na história de Jesus Cristo, o Salvador.

A comunidade dos primeiros cristãos entendeu que a auto-entrega de Jesus pelos pecadores é semelhante a um dom de salvação, pois no todo da vida de Cristo, e sobretudo na morte na Cruz (píncaro de sua entrega), vê-se uma morte salvífica; o pagamento de uma dívida que o pecador não podia pagar; a redenção daqueles que estavam sob os domínios do mal; um Justo que sofre por outrem; e a figura do perfeito Cordeiro Pascal que estabelece uma Nova Aliança. Reconhecendo a complexidade destas imagens plásticas, Brunner diz que o fato é que em Jesus Cristo aquilo que separava o ser humano de Deus é transposto, e de rebelde o ser humano pode agora, restaurado, voltar a viver o companheirismo entre ele e Deus.

Mas o ser humano precisa dizer sim a este dom, ele necessita depositar fé nesta manifestação de amor. Ao fazer isto, porque Deus tudo já realizou, ele pode ser restaurado à posição que Deus sempre quis que estivesse. Em Jesus Cristo o pecador pode viver corretamente a sua responsabilidade diante de seu Criador.

Pois foi-lhe restaurada aquela Imagem de Deus que é idêntica a viver em Deus, ter condição de realizar “materialmente” a vontade divina em seu ser. Ele agora segue a lei do *ágape*, o seu ego foi liberto da soberba lógica da lei e se submeteu a gratuidade do Amor de Deus em Jesus Cristo. Por isso pode-se dizer que nele foi restaurada aquela Imagem de Deus (aspecto material) que se perdeu na ocasião da Queda. Os olhos humanos se abriram para a chegada do Reino de Deus, por isso podem dizer: “Vamos amá-Lo, pois Ele nos amou primeiro!”